

**E**m que pese a identidade étnica mantida pelos *Tenetehara-Guajajara*, os trabalhos antropológicos, como o de Edson, apenas retratam o lento estertor de uma cultura primitiva, o demorado processo de diluição de um povo no mar de uma sociedade dominante.

Um livro como este anuncia a morte de um povo. Passados mais trinta anos, como os que foram consumidos entre a pesquisa de *Wagley/Galvão* e a de *Edson Soares Diniz*, se outro antropólogo se propuser a investigar o que aconteceu, no mesmo ambiente, com essa *gente verdadeira*, talvez encontre apenas algumas provas da sua existência, pois seus homens terão desaparecido, tragados pelo tempo ou absorvidos pela multidão dos civilizados.

ORLANDO COSTA

  
EDITORA  
UNIVERSITÁRIA  
U F P A

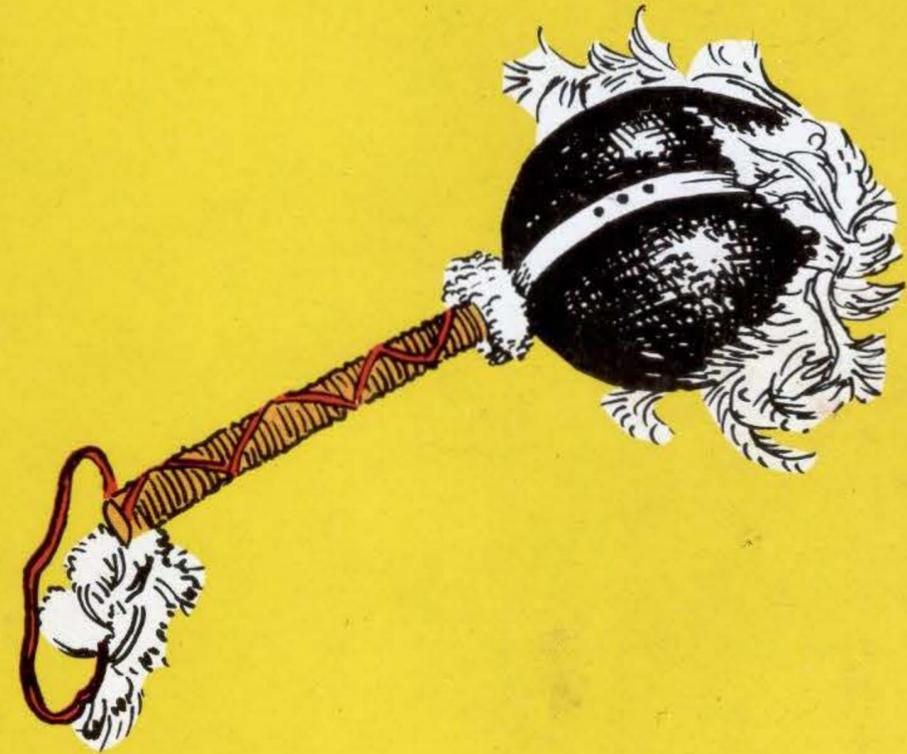
ISBN: 85-247-0110-2

Os Tenetehara-Guajajara e a Sociedade Nacional

Edson S. Diniz

# Os Tenetehara-Guajajara e a Sociedade Nacional

Flexibilidade Cultural e Persistência Étnica



Edson Soares Diniz

  
EDITORA  
UNIVERSITÁRIA  
U F P A

Edson Diniz, doutor em Antropologia, tem uma longa folha de serviços prestados à ciência e ao ensino universitário.

Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e professor titular da Universidade do Estado de São Paulo, teve sua formação acadêmica e técnica toda desenvolvida em Belém, na antiga Faculdade de Filosofia, absorvida mais tarde pela Universidade Federal do Pará, e no Museu Emílio Goeldi, onde iniciou seus trabalhos de pesquisa, discípulo de Eduardo Galvão.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ  
PROGRAMA DE APOIO À PESQUISA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



Reitor  
Vice-Reitor  
Pró-Reitor de Administração  
Pró-Reitor de Ensino  
Pró-Reitor de Extensão  
Pró-Reitor de Planejamento  
Pró-Reitor de Pesquisa  
Pró-Reitor de Pós-Graduação  
Secretário Geral da UPA  
Especialista em Gestão  
Pró-Reitor de Campus  
Pró-Reitor de Vênio da UPA

# Os Tenetehara-Guajajara e a Sociedade Nacional

## Os Tenetehara-Guajajara e a Sociedade Nacional

Flexibilidade Cultural e Persistência Étnica

D 588.1 Os Tenetehara-Guajajara e a sociedade nacional: flexibilidade cultural e persistência étnica. Edson Diniz. Belém: Universidade Federal do Pará/CNPq, 1994.

1. Índios Tenetehara. 2. Índios Guajajara. 3. Índios da América do Sul-Brasil. I. Diniz, Edson. Título.

CDD-18ed 980.41

ISBN: 85-247-0110-2

17 p.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

**Reitor**

*Marcos Ximenes Ponte*

**Vice-Reitor**

*Zélia Amador de Deus*

**Pró-Reitor de Administração**

*Vera Maria B. Arruda*

**Pró-Reitor de Ensino**

*Marlene R. Medeiros Freitas*

**Pró-Reitor de Extensão**

*Camillo Martins Vianna*

**Pró-Reitor de Pesquisa**

*Cristóvam Wanderley P. Diniz*

**Pró-Reitor de Planejamento**

*Joaquina Barata Teixeira*

**Secretário Geral da UFPA**

*Emanuel A. Gonçalves Matos*

**Prefeito do Campus**

*Abílio Augusto Velho da Cruz*

**Normatização Técnica:** Maria das Graças Pena

**Catálogo:** Biblioteca Central da UFPA

DINIZ, Edson Soares  
D 585t Os Tenetehara-Guajajara e a sociedade nacional: flexibilidade cultural e persistência étnica. Edson Soares Diniz. - Belém: Universidade Federal do Pará/CNPq, 1994.

77 p. ISBN: 85-247-0110-2

1. Índios Tenetehara. 2. Índios Guajajara. 3. Índios da América do Sul-Brasil. I. Título.

CDD-19ed. 980.41

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq  
PROGRAMA DO TRÓPICO ÚMIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

# Os Tenetehara-Guajajara e a Sociedade Nacional

Flexibilidade Cultural e Persistência Étnica

Edson Soares Diniz

EDITORA  
UNIVERSITÁRIA  
U F P A

BELÉM - 1994

Título e texto amparados pela Lei n. 5 988 de 14 de dezembro de 1973.

Copyright © Edson Soares Diniz

### CONSELHO EDITORIAL

**Presidente:** Emanuel G. Matos

**Membros:** Amarilis Tupiassu, Jane Felipe Beltrão, Ricardo Ishak

**Representante da Biblioteca:** Maria das Graças Coelho

**Representante da Gráfica e Editora:** Ivan Costa

### EDITORIA DA UFPA

**Diretor:** Ivan Cardoso Costa

**Editor Executivo:** Maria das Dores Sarmento

**Revisão do Texto:** Berenice Loureiro

Lisbela Braga

Maria das Dores Sarmento

**Capa:** Ivanise O. de Brito

**Composição eletrônica:** João Carlos Moraes

**Apoio financeiro** CNPq

**Apoio:** Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto n. 1 825 de 20/12/1907.

*Em Memória de*  
*Charles Wagley e Eduardo Galvão*  
*Pioneiros no Estudo Etnológico dos*  
*Tenetehara - Guajajara*

### AGRADECIMENTOS

Os Tenetehara-Guajajara merecem os nossos melhores agradecimentos. Sem sua aquiescência, simpatia, boa vontade e infinda tolerância, não teria sido possível a realização da pesquisa de campo. Todos foram pacientes e tolerantes para quem, impertinente, tentava desvendar os meandros de sua cultura. A eles a nossa gratidão.

Os funcionários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foram de grande valia para o nosso desiderato. Foram gentis e prestativos, dando-nos muita consideração. A eles todos, com os quais privamos, os nossos agradecimentos, extensivos aos seus familiares.

Este trabalho foi parcialmente elaborado no Center For Latin American Studies da University of Flórida (USA), quando lá permanecemos na qualidade de Visiting Scholar. Queremos deixar registrados nossos agradecimentos ao seu Diretor Dr. Terry L. McCoy, pelas excelentes condições de trabalho que nos proporcionou; ao Dr. Charles Wagley (in memoriam), pela leitura da monografia, pelas sugestões e constante estímulo. Também agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo auxílio recebido; à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pela licença para executar a pesquisa de campo. À UNESP -- Campus de Marília -- onde concluímos a monografia e publicamos uma síntese da mesma, o nosso melhor agradecimento. Ao CNPq, a cujo quadro retornamos em fins de 1991, a nossa gratidão por ter nos possibilitado uma completa revisão do texto e, mais que isso, publicado o trabalho em forma de livro, através do programa do Trópico Úmido, em convênio com a UFFA. Ao Dr. Orlando Costa nosso antigo professor de Sociologia na Universidade Federal do Pará e agora Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, nossos melhores agradecimentos pela sua gentileza em prefaciar este livro.

Especial afeto à Glébia e nossos filhos Gledson Antonio, Mariane Rose e João José que nos estimularam a executar o trabalho de campo, com suas cartas de encorajamento. O trabalho demorou tanto tempo para se transformar em livro, que nesse ínterim nos tornamos o feliz vovô de Gledson, Bruno, Thiago, Ana Carolina e Yago.

Brasília, 13 de dezembro de 1992.

**EDSON SOARES DINIZ**

## NOTA EXPLICATIVA

Esta monografia objetiva dar o perfil da situação vivida pelos Tenetehara-Guajajara, desde a primeira metade da década de 1940 até o final da década de 1970. Baseia-se em pesquisa de campo e está calcada, primordialmente, no estudo efetuado por Charles Wagley e seus associados, exposto na monografia publicada em Inglês (1949) e em Português (1955), assinada por Charles Wagley e Eduardo Galvão.

É deveras uma grande felicidade a execução de uma pesquisa de campo, agora transformada em livro, seguindo as pegadas de pessoas muito queridas e a quem muito devemos intelectualmente. A convivência direta com Eduardo Galvão, desde agosto de 1955 até fevereiro de 1970 no Museu Goeldi, foi marcante. Mesmo após esse período, quando fomos trabalhar em São Paulo, nossa correspondência sempre foi cordial. Charles Wagley, por sua vez, sempre demonstrou consideração e apreço por nós. Em 1966 convidou-nos, como Visiting Scholar, para o Departamento de Antropologia da Columbia University que, infelizmente, não nos foi possível aceitar. Finalmente, em 1987, pudemos conviver na University of Florida, no Center for Latin American Studies. Nesta oportunidade, em Gainesville, o casal Cacília e Charles Wagley foram de grande amabilidade e gentileza para conosco.

A dedicatória é uma singela e pálida homenagem a esses dois ilustres etnólogos, dedicados à causa da Etnologia Brasileira. O nosso débito para com eles é, realmente, por demais volumoso para ser expresso em palavras.

## APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Pará, dando continuidade ao seu intenso esforço de tornar pública a produção acadêmica, de forma a cumprir seu papel de instituição socializadora do Saber Científico, tem a satisfação de lançar agora *Os Tenetehara-Guajajara e a Sociedade Nacional*, de autoria do Prof. Dr. Edson Diniz.

O trabalho é resultado de pesquisa, realizado ao longo dos vários anos que fizeram do autor uma autoridade no assunto.

A Universidade Federal do Pará, através de sua Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, contou, neste empreendimento, com a participação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq -, legitimando, desta maneira, a produtiva prática da parceria entre os órgãos responsáveis pelo fomento à produção do Conhecimento Científico.

**Marcus Ximenes Ponte**

**Reitor**

PREFÁCIO

Eu não sou antropólogo. Apenas lecionei Sociologia, por mais de trinta anos em cursos de graduação e de pós-graduação (Mestrado). E como a Antropologia e a Sociedade sempre andaram de mãos dadas, Edson Soares Diniz, que foi meu aluno, para ser agora meu mestre na sua especialidade, pela amizade que temos mantido desde os tempos da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém, convidou-me a prefaciar esta obra sua - Os Tenetehara-Guajajara e a Sociedade Nacional - produto de cuidadosa pesquisa realizada no interior do Estado do Maranhão, durante os anos de 1977/1979.

Não quero deixar passar esta oportunidade, sem rememorar, de início, o esforço que ambos realizamos, eu, como professor, ele, como aluno, para consolidar uma iniciativa educacional que contava com inúmeros tropeços para poder sobreviver.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém nasceu da pertinácia de Antonio Gomes Moreira Júnior, o Moreirinha, em 1955, quando, a 7 de março, foi pronunciada a primeira aula inaugural, no tempo em que esse evento marcava o início do ano escolar nos cursos superiores de Belém.

Lecionei, inicialmente, no Curso de Pedagogia. Dois anos mais tarde, criado o Curso de Ciências Sociais, para lá vim a ser transferido. Foi quando acabei por encontrar Edson, egresso de um vestibular, onde apenas ele lograra aprovação. A legislação daquele tempo, entretanto, admitia uma segunda época para os vestibulandos, do que decorreu vir a ser aprovado mais um aluno do sexo feminino, para integrar o primeiro ano do curso recém-instalado.

O aluno assíduo era Edson, em razão do que, com freqüência, a exposição do professor se transformava num diálogo construtivo, no qual, o interlocutor-professor procurava transmitir noções básicas de teoria sociológica ao interlocu-

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Pará, dando continuidade ao seu intenso esforço de tornar pública a produção acadêmica, de forma a cumprir seu papel de instituição socializadora do saber científico, tem a satisfação de lançar agora Os Tenetehara-Guajajara e a Sociedade Nacional, de autoria do Prof. Dr. Edson Diniz.

O trabalho é resultado de pesquisa realizada ao longo dos vários anos que fizemos do autor uma autoridade no assunto.

A Universidade Federal do Pará, através de sua Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, contou, neste empreendimento, com a participação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - legitimando, desta maneira, a produtiva prática de parceria entre os órgãos responsáveis pelo fomento à produção do conhecimento científico.

Marcus Kimerer Fortes  
Reitor

tor-aluno, que ouvia atento as explicações, interrompendo-as com indagações sagazes e oportunas.

O insignificante alunado e administração sem condições de pagar os professores impunham desestímulo e esperança pouca na instituição particular de ensino que aguardava a aprovação, pelo Congresso Nacional, da criação da Universidade do Pará, que englobaria todas as Faculdades e Cursos Superiores existentes em Belém.

“Valeu a pena? Tudo vale a pena / Se a alma não é pequena”. E nós, como o povo cantado por Fernando Pessoa, querendo passar além do Bojador, tivemos que passar além da dor. Porque “Deus ao mar o perigo e o abismo deu, / Mas nele é que espelhou o céu”. Eu e Edson atravessamos esse mar, para ver, agora, não apenas refletido, mas realizado, no espelho dos nossos anseios, o céu do sonho que floresceu e frutificou.

Transformado em realidade, vivido e ultrapassado o sonho, aqui estou eu como professor aposentado e Edson como profissional consumado, apresentando valiosa titulação acadêmica e numerosos trabalhos publicados, dentre os quais alguns livros importantes, como este que prefacio agora.

É muito fácil redigir um *curriculum vitae*. O difícil é ter o que nele relacionar.

Os itens de um currículo expressam uma vida. São o pulsar de um cotidiano desdobrado em atividades múltiplas, concomitantes ou sucessivas, que servem para retratar, ainda que palidamente, uma personalidade.

Por que palidamente? Porque o registro de um bacharelado, o de uma licenciatura, obtidos nas circunstâncias e na ambiência vivida por uma pessoa como Edson Soares Diniz, está longe de expressar as dificuldades vencidas e a superação dos preconceitos enfrentados.

Edson é oriundo de Santarém, cidade do interior do Estado do Pará, plantada às margens da foz do rio Tapajós.

Não sei se foi condicionado na escolha da sua profissão pelo conhecimento do rico material arqueológico coletado por inúmeros estudiosos da cultura dos Índios Tapajós, cuja prin-

cipal coleção foi organizada, estudada e posteriormente doada ao *Museu Emílio Goeldi* por Frederico Barata. Se não foi, tinha tudo para isso, pois no sítio onde se ergue sua cidade natal, na época da sua infância e juventude, não era difícil encontrar, por ocasião de qualquer escavação, feita seja lá com que finalidade, os fragmentos de uma cerâmica rica, capaz de concorrer em qualidade estética com as de outras regiões mais importantes do mundo. Digo isto, porque tive a oportunidade de ver no Museu Britânico a cerâmica das populações primitivas daquele país e ela, a meu juízo, está longe de poder comparar-se com a tapajônica ou com a marajoara, estas artisticamente muito mais bem concebidas e elaboradas.

Se não foi influenciado pela cultura dos antigos habitantes do local, onde edificada Santarém, pelo menos tem a embasar-lhe a origem, o fato de ter nascido em uma região, na qual a cultura indígena floresceu com singular pujança.

Seus estudos de grau superior em Belém foram feitos em uma instituição de ensino inexperiente, porque recentemente instalada, mas contando com um grupo de professores dedicados e qualificados, com vontade, não apenas de vencer pessoalmente, mas de que a sua Faculdade sobrevivesse, para poder servir à formação das novas gerações paraenses, sequiosas de conhecimentos. Quantos haveria a relacionar que se dedicaram a esse propósito!

Mas, se o Curso de Graduação que freqüentou não possuía tradição, havia a seu alcance uma das instituições mais sérias no setor da Antropologia, o *Museu Emílio Goeldi*, que contava, à época, com a colaboração de *Eduardo Galvão*, *Peter Paul Hilbert*, *Protásio Frikel* e de profissionais visitantes com renome internacional, como *Hebert Baldus*, *Charles Wagley*, além de outros.

Entre o bacharelado e a licenciatura, ausentou-se de Belém para o Rio de Janeiro, onde freqüentou um excelente *Curso de Teoria e Pesquisa em Antropologia Social*, ministrado pelo competente corpo docente do Museu Nacional em

convênio com o *Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil*.

Este curso, sua graduação como Bacharel em Ciências Sociais e duas Bolsas, uma de Iniciação Científica (1958/59), outra de Pós-Graduação (1960), abriram-lhe o caminho para a carreira de Pesquisador no *Museu Emílio Goeldi*, no transcurso de 1961 a 1969, inicialmente como Assistente.

Transferindo-se para Marília, passou a lecionar como Professor regente de Antropologia, na *Faculdade de Filosofia Ciências e Letras* daquela cidade, a partir de 1970 e, seguidamente, foi obtendo títulos acadêmicos importantes, como o de Doutor em Ciências (Antropologia), professor Livre-Docente (Antropologia), Professor-Adjunto (Antropologia) e de Professor Titular (Antropologia).

Essas atividades foram proporcionando a oportunidade de pesquisas relevantes, relatadas em pequenos ou grandes trabalhos, todos prestigiados pelo mundo científico nacional e internacional.

Entremeadamente, freqüentou Cursos de Extensão Universitária e ministrou outros tantos; foi *Visiting Scholar no Center for Latin American Studies da University of Florida*, *Bolsista Pesquisador pelo Conselho Nacional de Pesquisas*, mais tarde sucedido pelo *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)* e recebeu auxílio de pesquisa da *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)*.

Hoje, encontra-se aposentado como Professor Titular pela *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*, de que participa a Faculdade em que lecionava na cidade de Marília, mas ainda exerce a função de Pesquisador em Ciências Sociais e Humanas no *CNPq*, onde reingressou a 3 de novembro de 1991.

No Relatório de Pesquisa que se contém neste livro, *Edson Soares Diniz* procura dar continuidade ao estudo que *Charles Wagley* e *Eduardo Galvão* desenvolveram na década dos anos quarenta, publicado em 1949 pela *Colúmbia Univer-*

*sity Press*, de New York e em 1955 pelo Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro, sob o título de *OS ÍNDIOS TENETEHARA (UMA CULTURA EM TRANSIÇÃO)*.

Quando a leitura do texto me induziu a essa revelação, fui levado a questionar se Edson estava querendo superar a historicidade de uma sociedade que não dispõe de escrita, que possui uma linguagem mas não um alfabeto, costumes mas não leis, lendas mas não literatura, técnicas mas não ciência, arte mas não estética, religião mas não teologia, uma *Weltanschauung* mas não uma filosofia, superando as limitações dos métodos antropológicos segundo a compreensão de Robert Bierstedt em artigo publicado no *The American Journal of Sociology*, Vol. 54, n. 1, pág. 22-30, em julho de 1948, sob o título de *THE LIMITATIONS OF ANTHROPOLOGICAL METHODS IN SOCIOLOGY*.

Logo afastei esta hipótese, ao ler os capítulos segundo e terceiro, pois deles deduzi que Edson não procurava traçar a história dos grupos *Tenetehara-Guajajara*, mas tão somente avaliar as relações intersocietárias, sociais e econômicas mantidas entre uma sociedade ágrafa e a sociedade chamada de civilizada, diagnosticando as transformações e as persistências ocorridas no prolongado curso temporal deste processo de interação.

Naquela época (1977-1979) surpreendia Edson, comparando suas observações com as de *Wagley* e *Galvão*, que a sociedade *Tenetehara-Guajajara*, apesar das transformações ocorridas na ambiência regional, ainda mantivesse a sua língua, a sua religião, o ritual de iniciação dos jovens e ainda se houvesse fortalecido ao defrontar-se com as penetrações que se faziam em seu território.

O convívio interétnico foi impondo, apesar das persistências notadas, que ao lado da manutenção de uma economia de subsistência, aquele povo fosse admitindo algum comércio, ao vender, com sacrifício do próprio auto-consumo, o pequeno excedente da sua agricultura, caça ou pesca e peças do seu artesanato, para obter bens manufaturados. Foi notada a

transigência na prestação de trabalho subordinado a terceiros e até mesmo o uso de recursos burocráticos para conseguir dinheiro, como a obtenção de pensões por homens idosos e viúvas através do Funrural.

Esse confronto permitia concluir que as mudanças econômicas eram mais evidentes que as mudanças sociais. Mesmo assim, diz Edson, as mudanças "ocorridas desde a primeira metade da década de 1940 até a segunda metade da década de 1970, foram menores do que se poderia esperar".

Em que pese a identidade étnica mantida pelos *Tenetehara-Guajajara*, os trabalhos antropológicos, como o de Edson, apenas retratam o lento estertor de uma cultura primitiva, o demorado processo de diluição de um povo no mar de uma sociedade dominante.

Um livro como este anuncia a morte de um povo. Passados mais trinta anos, como os que foram consumidos entre a pesquisa de *Wagley/Galvão* e a de *Edson Soares Diniz*, se outro antropólogo se propuser a investigar o que aconteceu, no mesmo ambiente, com essa *gente verdadeira*, talvez encontre apenas algumas provas da sua existência, pois seus homens terão desaparecido, tragados pelo tempo ou absorvidos pela multidão dos civilizados.

E se mais trinta anos se passarem, quem se incumbirá da pesquisa não será um antropólogo, mas um arqueólogo.

Algo mais? Nada. Apenas um *adeus para nunca mais* ao grupo indígena estudado.

ORLANDO COSTA

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	v
AGRADECIMENTOS	vii
NOTA EXPLICATIVA	ix
APRESENTAÇÃO	xi
PREFÁCIO	xiii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	9
SITUAÇÃO REGIONAL	9
CAPÍTULO 2	15
PERSPECTIVA HISTÓRICA	15
CAPÍTULO 3	29
ALDEIAS E RESERVAS INDÍGENAS	29
CAPÍTULO 4	33
A ECONOMIA	33
CAPÍTULO 5	41
SISTEMA DE PARENTESCO	41
TERMINOLOGIA DE PARENTESCO	41
LISTA DOS TERMOS DE PARENTESCO	43
CASAMENTO E RESIDÊNCIA	44
CAPÍTULO 6	51
CHEFIA	51
CAPÍTULO 7	57
XAMANISMO	57
CONCLUSÃO	61
NOTAS	68
BIBLIOGRAFIA	73

## INTRODUÇÃO

O objeto desta monografia são os Tenetehara-Guajajara. Tenetehara é o termo geral que abrange os Guajajara do Maranhão e os Tembé do Pará. Atualmente, uma parcela dos Tembé vive no Maranhão, na Reserva dos Urubu-Kaapor (Ballée, 1981:1)<sup>1</sup>. Eles falam uma língua Tupi-Guarani<sup>2</sup>. Pode-se dizer que, hoje em dia, são bilíngües, podendo expressar-se em seu próprio idioma e no português. O termo Tenetehara significa *nós somos gente verdadeira* (Gomes, 1977:1). Empregamos o termo composto Tenetehara-Guajajara, para especificar que nosso estudo versa somente sobre estes, não incluindo os Tenetehara-Tembé. "Os povos que falam línguas da família Tupi-Guarani (. . .), se encontram dispersos numa enorme área da América do Sul, do norte da Argentina à Guiana Francesa, do litoral nordeste brasileiro ao alto do Solimões. Na época da invasão européia eles controlavam quase todo o litoral brasileiro e a bacia do Paraguai, e sua população total andaria na casa dos 4 milhões" (Viveiros de Castro, 1986:82).

Embora o conhecimento histórico dos Tenetehara-Guajajara date do século XVIII, o interesse etnológico sobre esses indígenas apenas teve início a partir da década de 1940, com Wagley, Galvão (1949, 1955), cuja pesquisa de campo foi realizada de novembro de 1941 a março de 1942 e de janeiro a maio de 1945. Na década de 70, Gomes (1977) realizou pesquisa de campo de julho a dezembro de 1975. Nossa própria pesquisa de campo foi efetuada em 1977 (janeiro e setembro-novembro) e 1979 (janeiro). Wagley, Galvão fizeram uma consideração descritiva da sociedade Tenetehara-Guajajara como era em 1942-45, seu foco de interesse foi o processo de aculturação. Abordaram a mudança cultural em todos os aspectos da sua vida social. Dentre estes deram especial destaque à vida religiosa<sup>3</sup> que foi identificada como o núcleo básico da per-

sistência, apesar do impacto do convívio interétnico e da receptividade aos padrões culturais da sociedade envolvente<sup>4</sup>. O estudo de Gomes (1977) inclina-se a tratar a sociedade Tenetehara-Guajajara, através de uma abordagem dialética na tradição marxista. Este autor considera o encontro de duas distintas formações sociais, enfatizando os aspectos econômicos como forma de persistência étnica. Nosso estudo sobre os Tenetehara-Guajajara focaliza as relações que ocorrem no embate intersocietário e que implicam o seu processo de integração à sociedade nacional, particularmente em sua faceta regional<sup>5</sup>. Em suma, damos ênfase à situação de convívio com os regionais e os conseqüentes transtornos causados aos sistemas adaptativo, associativo e ideológico indígenas. Nosso objetivo final visa a focalizar aspectos do conservantismo e da mudança sócio-cultural, após a pesquisa pioneira de Wagley, Galvão. Estes basearam suas observações no contingente que habitava ao longo do rio Pindaré e nas proximidades da estrada de gado entre os rios Mearim e Pindaré, no município de Pindaré-Mirim (Fig. 1). Nessa época, a região tinha uma rarefeita população e ainda era grandemente isolada pela ausência de rodovias<sup>6</sup>. Note-se que o convívio dos Tenetehara-Guajajara com os brancos<sup>7</sup> ocorreu de modo gradativo, apenas com parcelas do grupo tribal, nunca como um todo. Mesmo por ocasião da segunda guerra mundial, com a grande procura do coco babaçu, somente aqueles grupos-locais em que existia esse produto vegetal sofreram o impacto de sua comercialização e as conseqüências disso advindas. A transformação da situação regional começou após a década de 1940. Keller (1975:67) menciona que: "Em 1950, a construção de uma estrada carroçável, liga a cidade de Imperatriz a Grajaú, cidade às margens do rio do mesmo nome, importante centro comercial, ponto terminal de navegação e ligada à Barra do Corda e ao Piauí. Logo a seguir, a prefeitura de Imperatriz adquire o primeiro veículo motorizado a trafegar na região. Pela nova estrada chegam, cada vez em maior número, migrantes nordestinos num movimento de penetração que remonta ao

princípio do século, vindos da zona de povoamento antigo do Nordeste, fugindo da seca e das dificuldades de colocação de mão-de-obra, ou então, procedentes dos vales úmidos do Maranhão e especialmente da região entre Itapicuru e o Mearim, sempre em busca de terras devolutas de mata para sua agricultura de coivara". Em fins da década de 1950, foi iniciada a construção da rodovia Belém-Brasília. Em seguida, a ação governamental voltou-se para os chamados incentivos fiscais, isto é, a dispensa do pagamento de partes dos impostos devidos pelas empresas, com o objetivo de estimular projetos agropecuários e industriais. A abertura de rodovias interestaduais e intermunicipais possibilitou a intercomunicação terrestre, durante todo o ano. O aumento demográfico regional, a dinamização das atividades econômicas e dos meios de comunicação, sensivelmente mudaram a face do panorama anterior.

Os Tenetehara-Guajajara são tutelados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão que sucedeu o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) que atuou desde 1910 até 1967. Aquela foi criada em 05 de dezembro de 1967, através da Lei nº 5.371. Seu Regimento Interno, com a formulação geral da política indigenista a ser seguida, foi liberado em 1972 pelo então Ministério do Interior, ao qual o órgão protecionista estava vinculado. Em 1973, a Lei 6.001 (Estatuto do Índio) foi aprovada pelo Congresso Nacional.

Na época da nossa pesquisa de campo, os Postos Indígenas e a Ajudância de Barra do Corda estavam subordinados à então 6ª Delegacia Regional da FUNAI, sediada em São Luís, capital do Estado<sup>8</sup>. Os Postos Indígenas são administrados por um Chefe, podendo ter um enfermeiro prático e monitores bilíngües, os quais recebem um treinamento rápido e específico para cada caso. Eventualmente há trabalhadores braçais que executam atividades de vaqueiro, de roceiro, etc. Além da tentativa para integrar o índio à comunidade brasileira, os Postos visam a fiscalizar as relações entre índios e não índios e, principalmente, impedir a invasão das Reservas. Evidentemente que estas tarefas dificilmente podem ser cumpridas, apesar do

devotamento, às vezes com risco de vida, de muitos Encarregados e Chefes da Ajudância. A situação objetiva está além de suas possibilidades.

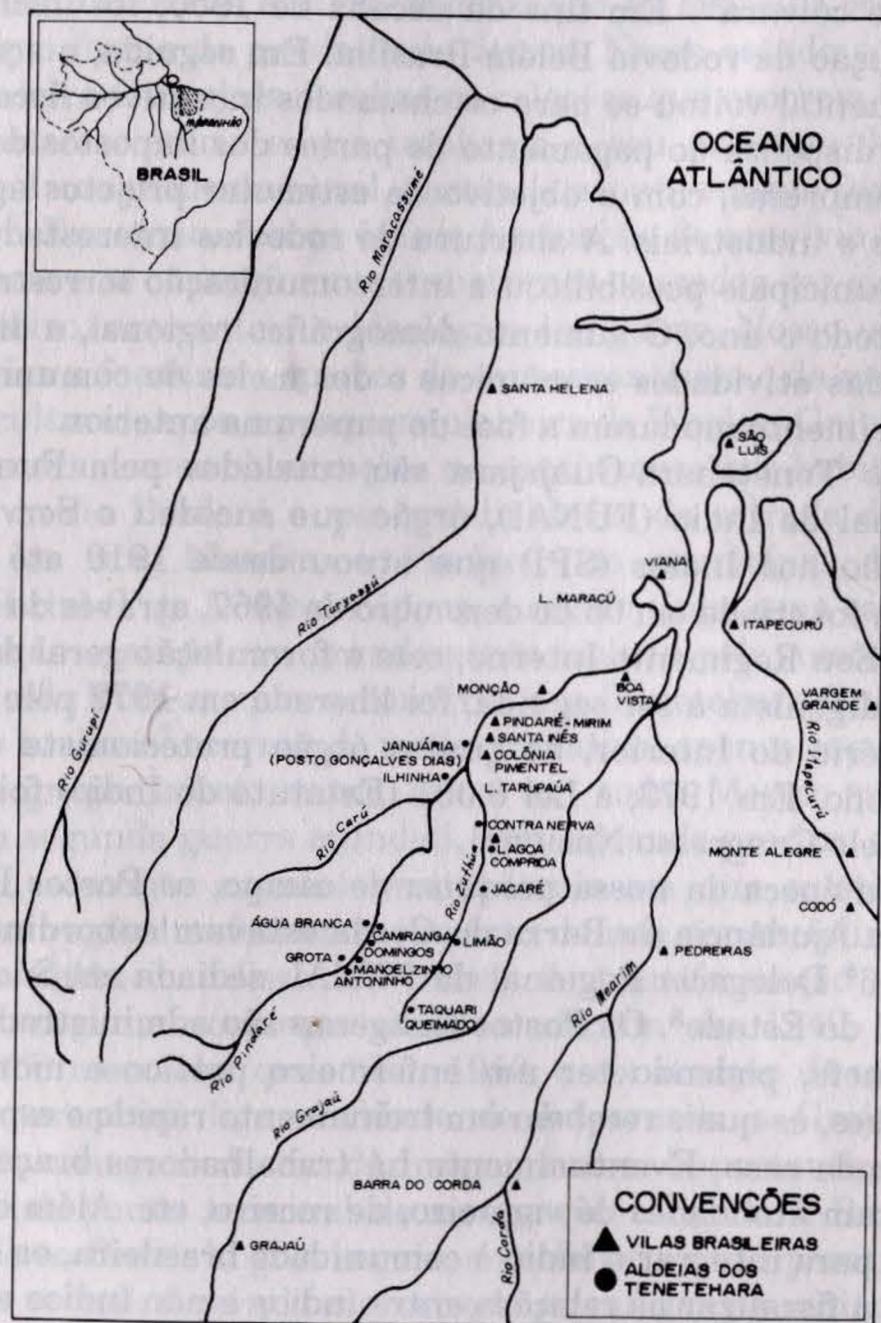


Fig. 1 - Localização das aldeias Tenetehara

Foram visitados os grupos locais situados nas Reservas Indígenas de Araribóia, no município de Amarante; Bacurizinho, no município de Grajaú; Guajajara, no município de Barra do Corda; e Pindaré, no município de Bom Jardim (Fig. 2). Esses municípios estão localizados, respectivamente, nas microrregiões de Imperatriz, altos Mearim/Grajaú e Pindaré, fazendo parte todos eles da região ecológica denominada Pré-Amazônia Maranhense<sup>9</sup>. Todavia, não fizeram parte da amostragem as aldeias sob a jurisdição dos Postos Indígenas Cana Brava (Reserva Guajajara), Angico Torto e Canudal (Reserva Araribóia). Além da observação direta e de entrevistas com membros das sociedades Tenetehara-Guajajara e brasileira, foram manuseados os arquivos dos Postos Indígenas, da Ajudância de Barra do Corda e da então Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em São Luís. Os dados em que se baseia este trabalho foram obtidos nas seguintes aldeias: *Funil*, na Reserva Araribóia, município de Amarante do Maranhão; *Ipu*, *Bacurizinho* e *Cocal*, na Reserva Bacurizinho, no município de Grajaú; *São Pedro* e *Colônia*, na Reserva Guajajara, no município de Barra do Corda; *Januária* e *Piçarra Preta*, na Reserva Pindaré, no município de Bom Jardim (Figura 3). Deve-se frisar, contudo, que a maior parte do tempo dedicado à observação direta ocorreu nas aldeias em que estão sediados os Postos Indígenas, que são as seguintes: *Funil* (P.I. Araribóia); *Ipu* (P.I. Bacurizinho); *São Pedro* (P.I. Guajajara) e *Januária* (P.I. Pindaré). Na elaboração preliminar dos dados e especificamente na pesquisa de campo contamos com a colaboração, como assistente, de Laís Maretti Cardia<sup>10</sup> que não só colocou à nossa disposição as informações que então obteve, mas também aquelas resultantes de seu próprio trabalho de campo, efetuado de novembro a dezembro de 1978.

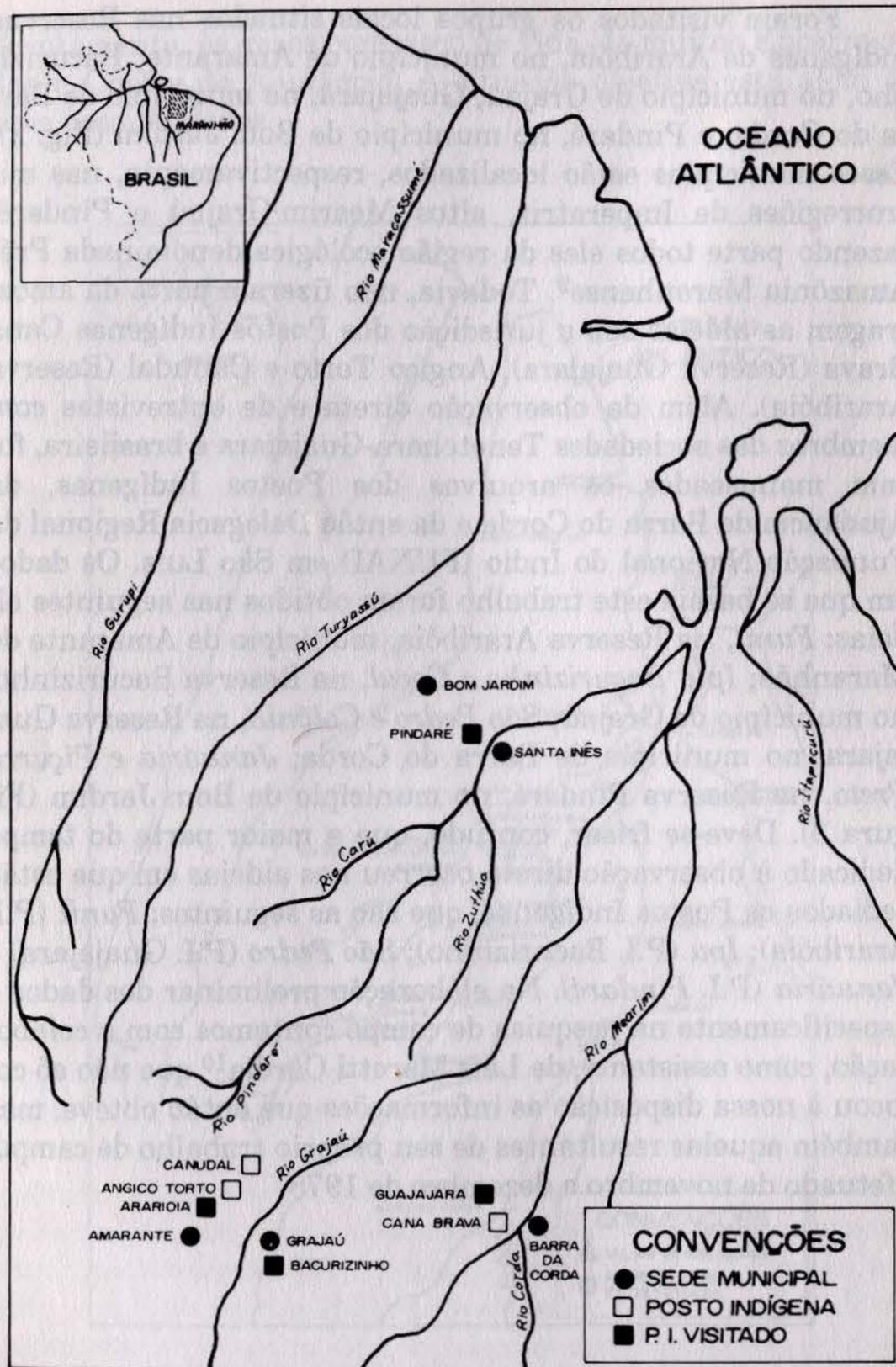


Fig. 2 - Grupos locais visitados

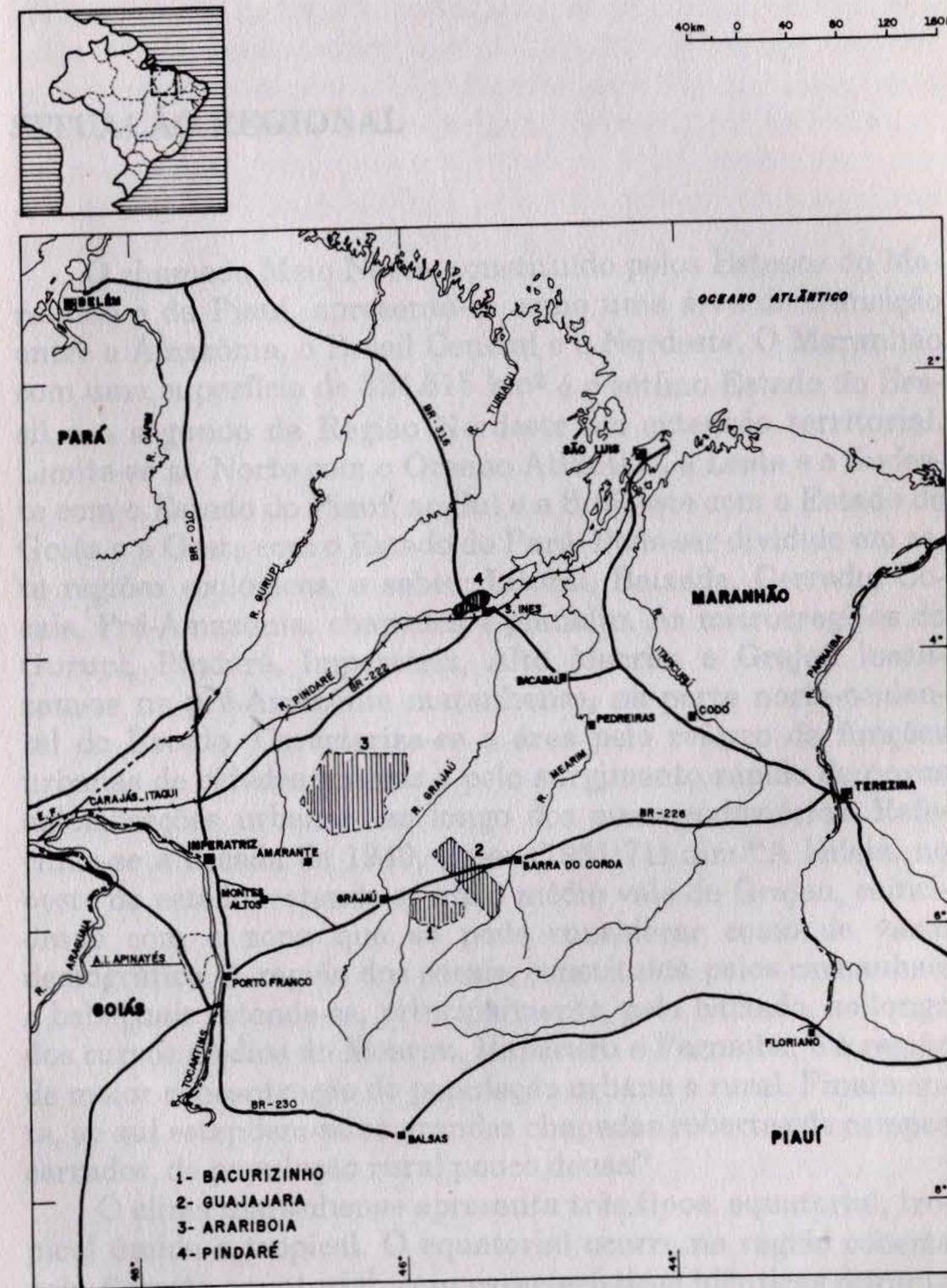
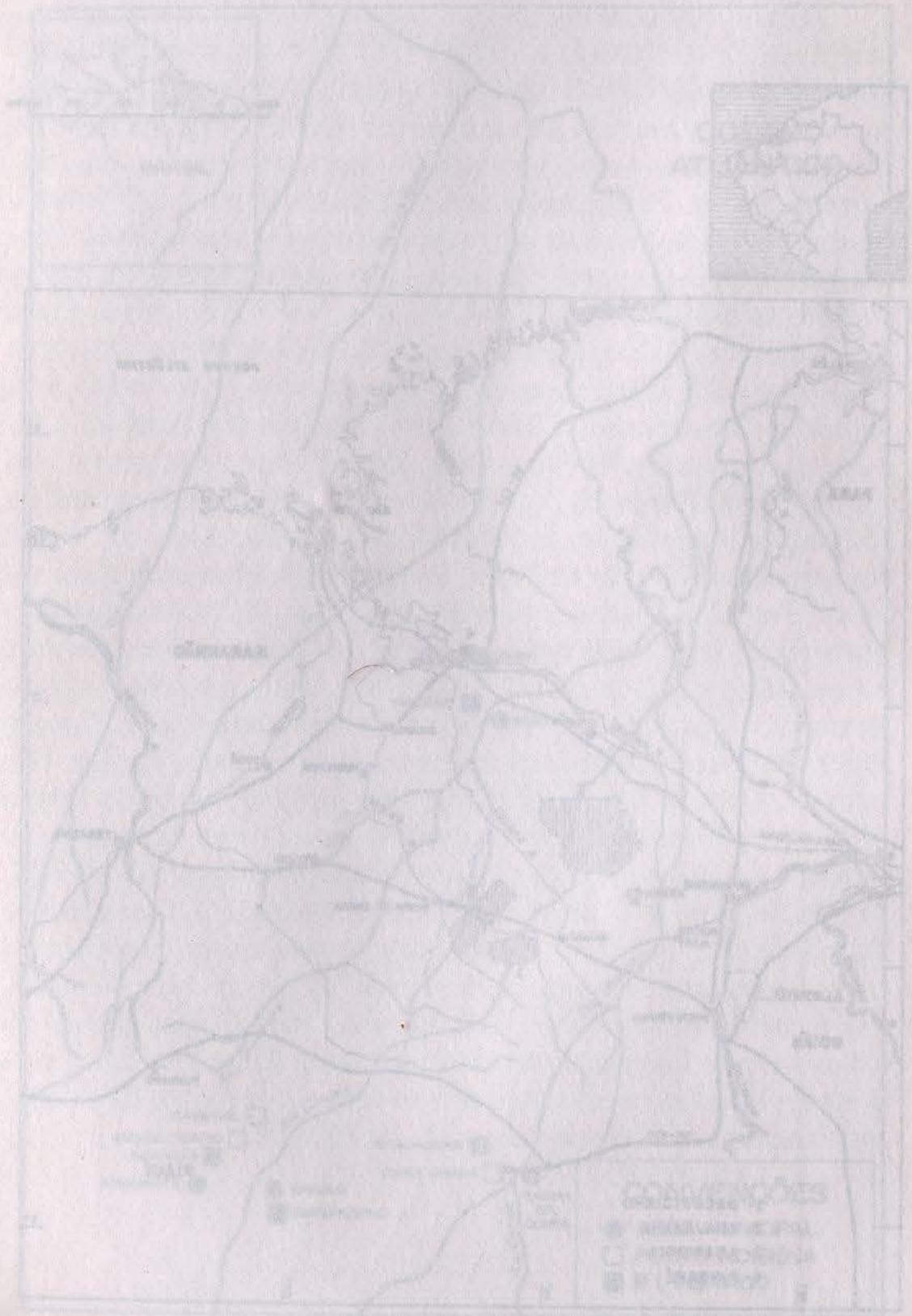


Fig. 3 - Reservas indígenas Tenetehara-Guajajara



## CAPÍTULO 1

### SITUAÇÃO REGIONAL

O chamado Meio Norte, constituído pelos Estados do Maranhão e do Piauí, apresenta-se como uma área de transição entre a Amazônia, o Brasil Central e o Nordeste. O Maranhão com uma superfície de 324.616 km<sup>2</sup> é o sétimo Estado do Brasil e o segundo da Região Nordeste em extensão territorial. Limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico, a Leste e a Sudeste com o Estado do Piauí, ao Sul e a Sudoeste com o Estado de Goiás e a Oeste com o Estado do Pará. Pode ser dividido em sete regiões ecológicas, a saber: Litoral, Baixada, Cerrado, Cocais, Pré-Amazônia, chapadas e planalto. As microrregiões do Gurupi, Pindaré, Imperatriz, Alto Mearim e Grajaú localizam-se na pré-Amazônia maranhense, na parte norte-ocidental do Estado. Caracteriza-se a área pelo reforço de funções urbanas de cidades antigas e pelo surgimento rápido de novas aglomerações urbanas, ao longo dos eixos rodoviários. Referindo-se à década de 1940, Egler (1951:71) diz: "A Hiléia, no oeste do estado, estende-se até o médio vale do Grajaú, coincidindo com a zona que se pode considerar como de vazio demográfico. A região dos cocais, constituída pelos carnaubais e babaquais estende-se, principalmente, pela baixada, ao longo dos cursos médios do Mearim, Itapecuru e Parnaíba; é a região de maior concentração de população urbana e rural. Finalmente, ao sul estendem-se as grandes chapadas cobertas de campos cerrados, de população rural pouco densa".

O clima maranhense apresenta três tipos: equatorial, tropical úmido e tropical. O equatorial ocorre na região coberta pela floresta equatorial, com características idênticas durante o ano inteiro e intensas precipitações; essa faixa corresponde à Hiléia Maranhense que domina o nordeste do Estado. O tropi-

cal úmido abrange toda a faixa litorânea, a região da baixada, a área coberta pelos cocais, excluindo a faixa de clima equatorial, a região das chapadas do centro-sul e trechos do leste dominado pelos cerrados. O clima tropical apresenta características idênticas ao tropical úmido, sendo porém mais seco, cuja ocorrência é no centro-sul e sudoeste, nas regiões situadas no médio e alto Parnaíba (FIBGE, 1981:X).

A dependência do trabalho indígena iniciada na segunda década do século XVII, perdurou até meados do século XVIII, quando o fluxo de escravos negros para o Maranhão se regularizou. Já no século XVII, o governo português tencionou criar núcleos militares no Maranhão, de caráter permanente, com o objetivo de evitar que franceses, holandeses e ingleses conquistassem a bacia amazônica. Mas foi somente no século XVIII que a Coroa Portuguesa idealizou transformar o Maranhão em um grande centro de produção agrícola, no sentido de suprir o mercado internacional de algodão e arroz, uma vez que devido à Guerra de Independência dos Estados Unidos e à Revolução Industrial Inglesa esses produtos tiveram grande procura e, conseqüentemente, alcançaram altos preços. Objetivando a criação de colônias permanentes, para ali foram enviados de uma feita, no segundo decênio do século XVIII, trezentos açorianos. O Maranhão conheceu uma efetiva prosperidade no último quartel do século XVIII, beneficiando-se inicialmente de uma cuidadosa atenção do governo português a cuja testa estava Pombal, então empenhado na luta contra os jesuítas. Os colonos do Maranhão eram adversários tradicionais dos jesuítas pela escravidão dos índios. Pombal ajudou-os criando uma companhia de comércio altamente capitalizada que deveria financiar o desenvolvimento da região, tradicionalmente a mais pobre do Brasil. Ajudando os colonos, Pombal não os apoiou em seus propósitos de escravização dos índios; todavia, eliminou de vez as formas abertas e disfarçadas de escravidão indígena em terras brasileiras. A ajuda financeira permitiu a importação em grande escala de mão-de-obra africana, fato que eliminou a dependência do trabalho indígena. A pequena colô-

nia, em cujo porto entravam um ou dois navios por ano e cujos habitantes dependiam do trabalho de algum índio escravo para sobreviver, conheceu excepcional prosperidade no fim da época colonial. Em seu porto atracaram de cem a cento e cinquenta navios por ano, chegando a exportar um milhão de libras (Furtado, 1964:110-111).

Devido às condições propícias de navegabilidade, os estabelecimentos coloniais foram localizados na faixa costeira e no vale do rio Itapecuru. O sul maranhense, denominado Pastos Bons pela frente pecuarista baiana, foi ocupado no século XVIII (Capistrano de Abreu, 1954:212). Daí, saíram expedições em várias direções e, simultaneamente, novos criatórios bovinos foram formados. Porto da Chapada, no leste do Estado, surgiu em 1811 como resultado desses avanços saídos de Pastos Bons (Marques, 1970:362). A expansão pastoril continuou até parte da segunda metade do século XIX. Barra do Corda, também a leste, foi fundada em 1840 à margem do Rio Corda, afluente do Mearim. Devido à aproximação da floresta da Pré-Amazônia à oeste e dos vales úmidos (Mearim, Pindaré, Grajaú e Turiaçu) a leste, além da resistência dos Jê-Timbira, o avanço foi obrigado a diminuir o ritmo. A penetração proveniente do litoral só conseguiu atingir, efetivamente, o baixo e médio Itapicuru e o baixo Turiaçu e Pindaré, nas primeiras décadas deste século. O cultivo do algodão que motivou a expansão inicial, havia sofrido verdadeiro colapso em consequência da Guerra de Secessão dos Estados Unidos e do interesse da Europa pelo algodão egípcio. O resultado foi a estagnação dos municípios onde esta planta era cultivada (Andrade, 1969:82-84). Com a abolição da escravatura, faliram 30% das fazendas algodozeiras e 70% dos engenhos de cana. Em consequência, a atividade comercial sofreu grande abalo. Da crise somente escaparam as fazendas pastoris, cuja maior parte encontrava-se nas chapadas do Sul e não dependiam do trabalho escravo. Nessa época o sertão ficava completamente isolado das povoações, devido às precárias vias de comunicação que se limitavam à navegação pelos rios, até Caxias e Pedrei-

ras. O algodão, todavia, constituiu-se em esteio econômico do Maranhão, através das fábricas de fiação e de tecelagem aí instaladas, cuja produção era exportada principalmente para São Paulo (Soares, 1957:444-445).

Até a década de 1930, a economia do Maranhão foi uma conseqüência direta da pecuária extensiva, do surto algodoeiro do século XIX e da indústria têxtil iniciada em fins desse mesmo século. As áreas produtoras, caracterizadas pela concentrada propriedade da terra, estavam situadas principalmente no baixo Mearim, no Itapicuru e no baixo Parnaíba. Toda a produção era escoada em transportes fluviais para São Luís, de onde era exportada por via marítima. Por sua vez, a pecuária extensiva iniciada na primeira metade do século XVIII, através de criadores baianos que introduziram seus gados inicialmente em Pastos Bons, estava localizada nas chapadas do sul e do sudoeste maranhense. Na década de 1940, a produção algodoeira começou seu declínio. A indústria têxtil conseguiu ainda manter alguma importância econômica. A pecuária extensiva, porém, ficou estagnada. A partir daí tornou-se dominante o extrativismo vegetal, particularmente do babaçu, produto essencialmente de exportação. Valverde, (1957:301) afirma que “da palmeira babaçu são extraídos o óleo, empregado nas indústrias de comestível e de sabão, e a torta para alimentação do gado. Poderão, também, ser obtidos a glicerina, o pixe, o carvão ativado, combustível, plásticos, capachos e escovas grosseiras (das fibras). As folhas servem como material de construção das casas rústicas, e o palmito para alimentação humana, do gado e de porco”. Na década de 1950, o babaçu e o arroz tornaram-se os principais produtos. Este último que além de importante para o consumo local, também servia para exportação desde os tempos coloniais, expandiu rapidamente sua comercialização até o Rio de Janeiro e São Paulo, onde ele alcançaria melhores preços (Valverde, 1957:393). Naturalmente houve mudança da situação reinante, não só pela necessidade de alargamento do espaço a ser trabalhado, mas também, pela reestruturação do sistema econômico tradicional. Refe-

rindo-se à situação econômica maranhense do princípio do século ao início da década de 1950, Soares (1957:457) relata que: “Do exame feito da evolução econômica do Maranhão de 1900 a 1953, pode-se concluir que ela apresentou os seguintes traços característicos: 1) na agricultura houve uma tendência para a maior intensificação do cultivo de outros produtos, além do algodão, arroz e mandioca, como a cana, o milho e o feijão (. . .). Houve, também, um deslocamento da mais importante zona agrícola do Maranhão, que deixou de ser o vale do Itapecuru, hoje decadente, para ser a região Mearim-Pindaré, e mesmo a baixada entre Pindaré e Turiaçu (. . .). 2) na pecuária, verificou-se grande aumento do rebanho maranhense que quase triplicou em 30 anos (. . .) notando-se também a expansão da pecuária por quase todo o território do Estado (exceção do Noroeste). 3) a grande novidade na evolução econômica do Maranhão nesses últimos 50 anos foi, sem dúvida, a crescente importância das atividades extrativas vegetais, na economia do Estado (. . .). De produto quase ignorado, no princípio do século, passou o babaçu a ser o principal esteio econômico do Estado e o meio de vida de numerosa população”. Acrescenta-se que o transporte rodoviário rompeu o isolamento até então existente. Contudo, se as rodovias então implantadas fortaleceram o sistema de trocas internas e a diversificação dos centros mercantis, em contrapartida propiciaram o engajamento regional a centros comerciais fora do Estado. Evidentemente que, diante desta inovadora situação, São Luís teria que ficar à margem, devido à sua posição periférica em relação aos novos mercados. Egler (1951:77) referindo-se a São Luís na década de 1940, afirma: “É o porto mais importante da extensa costa maranhense, centralizando todo o movimento comercial do Estado. Tem ainda uma importante função industrial com numerosas fábricas de fiação de algodão, de beneficiamento de babaçu e de carnaúba”. Na década de 1960 em diante e com maior evidência na década de 1970, as lavouras de arroz vêm sendo substituídas gradativamente pela pecuária, particularmente no médio Mearim e na região de Imperatriz. As empre-

sas pecuárias e agro-pecuárias de grande porte se caracterizam pela racionalidade, devendo-se sua implantação à política dos incentivos fiscais pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). No que diz respeito à industrialização, pode-se dizer que se volta particularmente para o beneficiamento da produção agrícola. Abrange pequenas empresas semi-artesanais e poucas indústrias de transformação de realce, fato que restringe grandemente a absorção de mão-de-obra. Em contrapartida, a iniciativa governamental tem proporcionado obras com apoio de órgãos oficiais de financiamento, coadjuvando assim a atividade industrial.

## CAPÍTULO 2

### PERSPECTIVA HISTÓRICA

A primeira tentativa dos portugueses para colonizar o Maranhão foi em 1553. Este empenho, entretanto, não obteve sucesso. Somente durante a segunda década do século dezesseite ocorreu uma nova tentativa. Em 1615 os portugueses expulsaram os franceses, os quais tinham estabelecido uma colônia na ilha de São Luís em 1612<sup>11</sup>. Como os portugueses eram numericamente reduzidos, para suprir suas necessidades comerciais e de subsistência, usaram compulsoriamente a força de trabalho dos indígenas<sup>12</sup>. Isto começou logo depois que eles tomaram a região, derrotando os franceses e os seus aliados Tupinambá. Este grupo tribal era numeroso e habitava a ilha de São Luís, sendo por isso o mais exposto à ação dos colonizadores lusitanos. Em 1616, Bento Maciel Parente, com uma tropa de noventa índios catequizados e quarenta e cinco soldados não índios, foi descobrir e explorar minas do Alto Pindaré, a mando do Capitão-Mor português, Jerônimo de Albuquerque. Desta empreitada resultou, tão somente, grande mortandade aos Tenetehara-Guajajara (Moares, 1860:400). No ano anterior uma expedição francesa havia entrado em contato com habitantes desse território, a quem denominaram de *Pinariens*, provavelmente Tenetehara-Guajajara, como aventaram Wagley, Galvão (1949:6; 1955:24).

Cronistas e exploradores referiram-se aos Tenetehara nos séculos XVII e XVIII, como habitantes do Pindaré. Este rio era navegável até o Caru. Aí começava o Alto Pindaré, habitado por indígenas pacíficos que extraíam óleo de copaíba. Somente no século XIX apareceram referências aos Tenetehara dos rios Mearim e Grajaú. O Alto Mearim era desconhecido até 1835, mas já em 1850 aí existiam setenta fazendas. Era grande o

temor pelos selvagens que habitavam as suas margens (Viveiros, 1954:292). Na década de 1640 foi organizada uma partida pelo Capitão-Mor do Pará, Lucena de Azevedo, em que foram capturados 50 casais da *Nação Pindaré*, além de 600 tupinambás (Gomes, 1977:69). A partir de 1653, os missionários jesuítas iniciaram seu trabalho de catequeses dos Tenetehara do Pindaré. Havia então, cinco aldeias Tenetehara no alto desse rio (Moraes, 1860:400). No rio Pindaré trabalharam os jesuítas com os Tenetehara-Guajajara, desde 1653 até 1760. Em 1683 estabeleceu-se definitivamente a *Aldeia dos Guajaras* no Lago Maracu. Em 1730 a Missão Jesuíta de Maracu tinha 15.600 cabeças de gado vacum, 500 de gado cavalariço, um engenho de açúcar, bem como 404 Tenetehara-Guajajara. Em 8 de julho de 1757 a Missão de Maracu passou à categoria de vila, com o nome de Viana. Neste mesmo ano, em 16 de julho, outra aldeia denominada Carara (São Francisco Xavier, no rio Pindaré), localizada a poucas milhas do rio acima de Viana, foi transformada também em vila com o nome de Monção. Em 1730 possuía esta aldeia 779 Tenetehara-Guajajara (Leite, 1943:185-192). Na segunda metade do século XIX aí viviam somente 20 Tenetehara-Guajajara (Lago, 1872:412). Em 1759 a jurisdição sobre os grupos tribais passou a não religiosos. Foram estabelecidas colônias, ficando o território dos Tenetehara dividido em três Diretorias. Havia três Colônias Índigenas no Maranhão, no período imperial: Colônia São Pedro, no rio Pindaré, na qual viviam índios Guajajara (1840); Colônia Januária também de índios Guajajara (1854), no rio Pindaré (que não corresponde à atual Aldeia Januária); Colônia Leopoldina, habitada pelos Índios Krem-yé e Pukobyê (1850), no rio Mearim. Além dessas colônias havia 18 Diretorias parciais de índios, fundadas em meados do século XIX (Marques, 1970:206).

Em 1755 foi criada a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, cujo objetivo era o cultivo e a exportação de algodão maranhense. Já em 1760, eram exportadas 651 arrobas de algodão do porto de São Luís. Esse total passou para 4.055

em 1771 e para 298.582 arrobas em 1811 (Gaioso, 1970:179). O plantio de arroz teve início em 1776, na variedade de arroz vermelho ou arroz da terra, mudando-se para o cultivo de arroz branco em 1772 devido à preferência do mercado a que se destinava a exportação (Marques, 1970:91-93). Em virtude da necessidade de braços para a lavoura, foram importados escravos africanos que começaram a chegar na região em 1761 (Marques, 1970:265). Em 1779 havia no Maranhão 31.722 pretos e 18.573 mulatos (Viveiros, 1954:288). Os Tenetehara viviam no interior e tinham sua população espalhada entre diversas aldeias. Assim, eles não sofreram o primeiro impacto da civilização ocidental. Houve dois outros fatores em sua sobrevivência. Primeiro, os jesuítas os protegeram contra os ataques escravagistas; segundo, sua região não era adequada para o sistema agrícola dos portugueses. Mas, a despeito de seu isolamento e da falta de interesse econômico dos colonizadores pelas terras dos indígenas, estes não escaparam aos ataques escravagistas. Na primeira metade do século XVIII, indivíduos Tenetehara-Guajajara foram levados para trabalhar nas plantações portuguesas. A partir do final desse século, os civilizados passaram a invadir a área habitada pelos Tenetehara-Guajajara do alto rio Pindaré. Aí foram fundados povoados, sendo comum nessa época as uniões entre homens brancos e mulheres índias. Os homens eram aproveitados como mão-de-obra no extrativismo vegetal e como tripulantes das canoas de transporte de mercadorias.

Considerando a história dos Tenetehara-Guajajara como uma seqüência de exploração econômica e influência sócio-cultural exercida sobre eles pelas sociedades colonial e nacional brasileiras, Gomes (1977:57-103) divide a etno-história dos Tenetehara-Guajajara em quatro períodos. Cada um destes períodos é caracterizado por uma forma de interação sócio-econômica, sendo motivado por um objetivo político da parte da sociedade dominante. Assim, temos: 1) formação das relações interétnicas, dividida em (a) fase de escravidão (1616-1653) e (b) fase de servidão (1653-1755); 2) liberdade e

transição (1755-1840); 3) relações de patrão-cliente e a política indígena provincial (1840-1910); e 4) século vinte e o papel do SPI/FUNAI (1910-1975).

Como é historicamente sabido, foram os franceses que fundaram São Luís que, mais tarde, tornou-se a capital do Maranhão. Aí aportaram em 1612 e em 1615 foram expulsos pelos lusos. Na ilha do Maranhão os franceses encontraram os tupinambás que não ofereceram resistência e nem tampouco aos portugueses, posteriormente. Mas havia índios hostis, inimigos dos tupinambás, os quais, devido à chegada dos invasores, refugiaram-se no interior, de difícil acesso. Mesmo assim, os europeus escravizaram e massacraram silvícolas que se opunham aos seus interesses, livrando-se apenas aqueles que habitavam acima dos trechos facilmente navegáveis dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré. A fase de servidão, nas relações dos Tenetehara com a sociedade envolvente, começou com o efetivo estabelecimento do controle jesuíta sobre eles em 1653. O fim desta fase ocorreu com o decreto do Marquês de Pombal, em 1775, pelo qual os índios foram declarados livres e seu controle pelos missionários foi cancelado. A mais próspera Missão jesuíta foi Maracu, atual cidade de Viana. Também a aldeia de São Francisco Xavier desfrutou uma certa prosperidade. Wagley, Galvão (1949:7) escreveram que: "estas duas missões estrategicamente situadas ajudaram a proteger os Tenetehara e seu território dos invasores portugueses até 1759, quando os jesuítas foram expulsos do Brasil". Estes etnólogos enfatizam a importância das missões jesuítas em reduzir o impacto do contato interétnico no período colonial. Os índios missionizados recebiam recompensas tais como roupas e comida, pelo seu trabalho. Eles eram considerados livres, porque seriam missionizados espontaneamente. Uma vez ou outra esses índios comerciavam com os colonos, mas tais contatos eram sempre controlados pelos padres; todavia, ocasionalmente as missões jesuítas eram atacadas pelos colonos à procura de escravos. A fase das relações de clientela foi marcada pelo surgimento da economia comercial, baseada na venda de produtos agrícolas e

produtos do extrativismo vegetal. Além dessa forma de contato intersocietário, surgiu outra medida pela política indigenista oficial. Esta política tomou forma do sistema de Diretorias, responsável pelos assuntos indígenas e encarregada de integrar os índios à sociedade nacional. Teoricamente, a diretoria proveria as populações indígenas com os meios necessários para tornarem-se civilizados. Entretanto, na maioria dos casos, o diretor manipulou os índios e as aldeias em seu próprio benefício. Como parte do sistema de diretorias, muitas colônias indígenas foram criadas no Maranhão. Várias aldeias Tenetehara tornaram-se colônias sob o sistema de diretorias. Algumas delas, tal como São Pedro do Pindaré, perto de Monção, não tiveram sucesso. Outras, como Januária, obtiveram êxito. Nas diversas colônias os Tenetehara engajaram-se em diferentes atividades econômicas, tais como agricultura, coleta de óleo de copaíba, etc. O contato interétnico não teve a mesma intensidade em todas as áreas para as quais os Tenetehara tinham migrado. Em algumas delas o contato estava limitado aos compradores de óleo de copaíba que iam às suas aldeias. Em outras, tais como aquela do alto rio Mearim, onde não há árvores de copaíba, os Tenetehara tiveram maior contato com *civilizados*. Por outro lado, nos seus movimentos migratórios, eles enfrentaram a oposição de grupos tribais hostis, tais como os Jê-Timbira e Urubu-Kaapor e, também, dos escravos negros fugidos que viviam embrenhados na floresta.

Em 1895 os Capuchinhos Lombardos se estabeleceram em Barra do Corda, fundando um internato para filhos de índios. Havia 78 alunos de diversas tribos a quem se ministravam, além do ensino da doutrina cristã e letras, o das artes de alfaiate, sapateiro, carpinteiro e músico. Em 1896 fizeram um aldeamento de índios em Alto Alegre, doze léguas distante de Barra do Corda e lá foi criado um internato para meninas índias em 1899, sob a direção das Irmãs Terceiras Capuchinhas de Gênova. O internato de Alto Alegre tinha um total de 43 alunas (Nembro, 1955:40-41). Os Capuchinhos aplicaram seus métodos rigorosos para com os Tenetehara-Guajajara. Chega-

ram ao ponto de desmembrar as aldeias em grupos de famílias, proibindo a poliginia e qualquer casamento fora do ritual católico assim como muitos outros costumes indígenas, tais como danças e cantos. Para impor tais regras adotaram um rígido horário de trabalho e de estudo em sua escola e até castigos corporais depois de três infrações. Além disso, o trabalho indígena na missão não seria remunerado (Gomes, 1977:112). Em 1901 ocorreu o que veio a ser conhecido como o *massacre de Alto Alegre*. Pela manhã, na hora da missa, um grupo de Tenetehara-Guajajara, liderados por um índio que havia sido severamente punido por um capuchinho porque abandonara a esposa, atacou Alto Alegre matando "padres, freiras, estudantes e filhos de famílias cristãs" (Froes Abreu, 1931, apud Wagley, Galvão, 1955). O Bispo da Ordem dos Capuchinhos Lombardos, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, referindo-se ao massacre de Alto Alegre, assim se expressa: "Na madrugada de 13 de Março de 1901, índios de diversas tribos atacaram em Alto Alegre o Colégio das Irmãs e as residências dos religiosos e dos civilizados e depois mataram os habitantes dos arredores. Foram massacrados 4 frades, 7 irmãs e cerca de 200 cristãos" (Nembro, 1955:41). Para Wagley, Galvão (1949:10) o massacre foi causado pela "prática de levar crianças para a escola da missão e pelo ressentimento contra as punições feitas pelos padres aos nativos que praticavam a poliginia". Gomes (1977) sugere que uma das principais causas da insurreição foi o ciúme dos proprietários rurais locais, ao sucesso econômico da missão. Este violento episódio influenciou profundamente as relações com os brasileiros, pois os líderes do ataque foram encarcerados e os Tenetehara, como um todo, perseguidos. Os Tenetehara tenderam a afastar-se e a acomodação na sociedade regional foi retardada. Cinco anos após o massacre, a maioria dos índios retornou para suas antigas moradas. Entretanto, aquele episódio sangrento foi o verdadeiro motivo gerador da barreira social entre os brasileiros e os Tenetehara-Guajajara. Contudo, diferentemente daqueles dos rios Mearim e Grajaú, os Tenetehara do

Alto rio Gurupi não sofreram diretamente esse trauma. Parece que eles estavam mais adaptáveis ao modo de vida brasileiro. Desde o século dezenove os índios dos rios Pindaré e Gurupi tinham negócios comerciais com os brasileiros na venda de óleo de copaíba e de alimentos, tais como a mandioca. Na década de 1920, missionários protestantes começaram a missionizar os Tenetehara do Alto Pindaré, retirando-se alguns anos depois por imposição do órgão protecionista. As aldeias desta região, já neste século, foram visitadas por caçadores, pescadores e madeireiros. Desde o início desta centúria o convívio com os regionais tem sido intensificado. Contudo, com aqueles que vivem entre o Pindaré e o Grajaú o contato interétnico foi esporádico até alguns anos atrás. Fora episódios tais como o de Alto Alegre e das disputas pelas suas terras a partir de 1910 e acentuadas a partir de 1960, particularmente na década de 1970, os Tenetehara-Guajajara têm vivido pacificamente com os civilizados. Diversas migrações Tenetehara-Guajajara ocorreram no Maranhão, as quais constituíram-se em movimentos intermitentes. Grupos deixavam seu antigo *habitat* no alto rio Pindaré, mudando-se para o baixo rio Grajaú e subseqüentemente deste para a região do Alto rio Mearim. Em meados do século dezenove haviam alcançado a região de Barra do Corda nos rios Mearim e Grajaú. Economicamente esta região era caracterizada pelas atividades agrícolas e pastoris e abrangiam muitos centros não indígenas. Também os Tenetehara migraram para o rio Gurupi, região de extração do óleo de copaíba. Estas migrações eram empreendidas por grupos de famílias e assim estavam aptas a manter seu modo de vida (Wagley, Galvão, 1949).

Na primeira metade da década de 1940, época da pesquisa de campo de Wagley, Galvão, a área habitada pelos Tenetehara-Guajajara era isolada, oferecendo pouco interesse econômico. Porém, a partir de 1960, o marasmo foi substituído, gradativamente, pelo dinamismo comercial advindo da abertura de rodovias intermunicipais ligadas às rodovias interestaduais. Aumentou o número de veículos motorizados,

possibilitando o tráfego terrestre durante todo o ano, o que era impossível anteriormente. Intensificaram-se as trocas comerciais, a especulação imobiliária, além do que, grandes projetos agro-pastoris foram incentivados pela ação governamental. O surgimento de fazendas pastoris e agrícolas ocasionou acirrada disputa de terras entre índios e brasileiros. Essa região, até então praticamente isolada pela dificuldade de comunicação com São Luís, único e verdadeiro centro urbano do Estado, do qual dependia economicamente, começou a se modificar após a construção da rodovia Belém-Brasília e das estradas radiais a esta. É evidente que o aumento populacional da sociedade envolvente, verificado a partir da abertura de rodovias interestaduais e intermunicipais, possibilitando o tráfego tanto no período chuvoso quanto no período seco, as condições econômico-sociais foram sensivelmente dinamizadas.

Os Tenetehara-Guajajara vivem no Baixo, Médio e Alto Pindaré e no Baixo, Médio e Alto Mearim. Nesta vasta extensão encontram-se os municípios de Bom Jardim, ao norte do Maranhão, Amarante, Grajaú e Barra do Corda, ao sul do Estado. A população indígena era, em 1979, de aproximadamente cinco mil indivíduos<sup>13</sup>. Este aumento demográfico é auspicioso, principalmente se considerarmos que a população civilizada da região aumentou consideravelmente na área habitada por esses indígenas. O contingente demográfico maranhense que em 1940 era de 1.231.955 pessoas, atingiu a cifra de 4.002.599 indivíduos, segundo dados do recenseamento de 1980. Esta nova situação criou muitas dificuldades para os agricultores pobres. Estes foram expulsos para novas áreas, inclusive tornando-se posseiros de terras dos Tenetehara-Guajajara, fato que gerou graves conflitos. Além disso, ocorreram confrontos pela posse da terra, devido à não legalização da situação fundiária dos seus ocupantes de pequeno poder aquisitivo e pela ação incontrolada da grilagem cartorial. Por outro lado, a demora, a incoerência e a lentidão de ação legal pela Fundação Nacional do Índio, substituta do extinto Serviço de Proteção aos Índios, resultaram em natural receio dos Tenete-

hara-Guajajara perderem seu território. Partes das Reservas Indígenas foram invadidas pelos rurícolas brasileiros. Outras vezes, latifundiários gananciosos ajuizaram ações reclamando seus pretensos direitos sobre as áreas indígenas. A legalização tornou-se urgente, em virtude do surgimento de novas empresas capitalistas que estão ocupando o interior do Estado do Maranhão e transformando as terras em mercadoria de alto valor. A bem da verdade, o SPI e a FUNAI tiveram presença contínua entre os Tenetehara-Guajajara, desde o início da segunda década deste século, embora, eventualmente, tenham-se unido aos interesses econômicos e políticos da sociedade dominante<sup>14</sup>. Aliás, seria esperar demais de um órgão público oriundo da sociedade dominante. A FUNAI não possui autonomia política e econômica para assistir seus tutelados da sociedade dominada, devendo curvar-se muitas vezes aos interesses a que está necessariamente vinculada. Assim sendo, os Tenetehara-Guajajara nem sempre receberam do órgão protecionista a atenção que merecem, isto é, como povo que tem lutado, dentro de suas possibilidades, para continuar como uma unidade étnica diferenciada da sociedade nacional. Todavia, além da manutenção de Reservas e de funcionários para controlar a vivência com os não-índios, recebem assistência médica e educação, dentro das condições objetivas. Em fevereiro de 1973 a FUNAI e a Diretoria Regional do Funrural fizeram um convênio para que hospitais das cidades de Santa Inês, de Grajaú, de Amarante, de Barra do Corda e de Imperatriz, dessem assistência aos indígenas do Estado do Maranhão. Até maio de 1978 havia escolas nos seguintes Postos Indígenas: Guajajara (quatro), Cana Brava (quatro), Bacurizinho (três), Angico Torto (duas), Araribóia (uma), Canudal (uma) e Pindaré (uma). Isto é pouco, mas já é um começo para o que a justiça e o bom senso indicam que deve ser feito.

Wagley, Galvão relatam (1949, 1955) que na primeira metade da década de 1940, os Tenetehara do Maranhão se concentravam em treze aldeias nas vizinhanças de Barra do Corda, dez na trilha de gado ao longo do rio Zutuia e cinco no

Alto e Meio Pindaré. A região habitada por estes indígenas estava isolada pela distância e pelos principais meios de comunicação, mas já havia disputa pela posse da terra nas áreas adjacentes às cidades de Pindaré-Mirim e povoados. Referindo-se ao problema de terras indígenas, no início da década de 1940 aqueles autores (1955:27) assim se expressaram: "(...) no Médio Pindaré e Alto Grajaú, os atritos entre brasileiros e Tenetehara, devido à questão de invasão de terras, têm sido freqüentes. Mesmo em Colônia Pimentel, não raro, grupos brasileiros, em desafio à autoridade do Encarregado, penetram em território Tenetehara". Sérios conflitos fundiários têm constituído a nota chave nas relações entre índios e brasileiros. Para Wagley, Galvão (1949:32) tais conflitos são relacionados com as técnicas agrícolas usadas por ambos, brasileiros e índios. A técnica de derruba e queima necessita de largas extensões de terra e, por períodos, move-se de um lugar para outro à procura de novos sítios apropriados para as roças. Embora esta situação continue plenamente válida, atualmente o conflito pela terra não é somente o resultado desse sistema de cultivo. Por exemplo, só no ano de 1978 houve sete invasões na Reserva Indígena Pindaré, para colher babaçu, pescar, (fazer tapagem nos igarapés) e, em um caso, para fazer roça. Alguns indígenas facilitam essas invasões, pois recebem dinheiro pelo *arrendamento*. Na área do Posto Indígena Cana Brava (Reserva Guajajara), a disputa com os brasileiros do Povoado São Pedro dos Cacetes é, basicamente, pela terra para cultivo. Aí havia um acordo, desde 1979, para retirar os posseiros e localizá-los na área do *Projeto de Colonização Buriticupu*. Embora esse acordo envolvesse a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o então Ministério de Interior e o Governo do Estado do Maranhão, até presentemente não foi solucionado. Aliás, existem sérias dificuldades para efetivá-lo, em virtude dos interesses políticos e emocionais decorrentes da situação. Além disso, grandes pecuaristas estão ansiosos para deslocar índios e rurícolas, para se estabelecerem em suas terras. É cada vez mais crescente a procura pela terra nesta região. As Reservas

Indígenas têm sido invadidas por posseiros e, também, reclamadas pelos fazendeiros através de artifícios legais. De fato, disputas fundiárias têm afligido os Tenetehara-Guajajara nestas últimas duas décadas. Em meados da década de 70 houve sérias disputas nas Reservas Indígenas. Em Bacurizinho, por exemplo, havia litígio com três fazendeiros fronteiriços, pretendentes de faixas dessa Reserva. Dois deles adentraram abusivamente suas demarcações nas terras indígenas em 1973. Aí as pretensões desses fazendeiros remontam ao ano de 1954 (Diniz, Cardia, 1979).

Em mais de três séculos de contato com elementos portugueses e, depois, brasileiros, os Tenetehara-Guajajara conseguiram, mesmo descaracterizados culturalmente, manter sua individualidade étnica. As condições históricas os favoreceram. O território por eles habitado era isolado e de difícil acesso, fato que dificultava o convívio com os alienígenas. Segundo Valverde (1957:391) "Só o norte do Maranhão conheceu, desde o início do seu povoamento, um surto significativo de progresso que ocorreu a partir da segunda metade do século XVIII, graças à atividade econômica desenvolvida pela Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e do Maranhão, que aí introduziu créditos, ferramentas e escravos africanos para as lavouras do algodão". A falta de interesse econômico imediato também foi um fator importante para a manutenção dos aspectos fundamentais da cultura indígena. Assim, a língua e o sistema de parentesco têm persistido, permitindo sua continuidade como uma unidade distinta da sociedade brasileira. Além da língua e do sistema de parentesco, entre os elementos que representam traços de um grupo étnico distinto da sociedade dominante, destacam-se as práticas xamanísticas e as cerimônias de iniciação das jovens. As questões referentes à manutenção da terra comunal, que muito os aflige, está atuando como fator de aglutinação do grupo tribal. As aldeias, apesar de continuarem sendo politicamente independentes, estão se tornando coesas face à ameaça comum. E mais, os Tenetehara-Guajajara têm tido, a partir da década de 1970, uma revitalização cultural.

Voltaram a celebrar com maior impositividade, seus cerimoniais profanos e religiosos que haviam negligenciado. Mais importante é que esta restauração das suas cerimônias tradicionais não exclui a aceitação dos traços culturais da sociedade envolvente. Apesar da sua dependência político-econômica da sociedade nacional, fato que implica a impossibilidade do isolamento dela, este revigoração demonstra a sua capacidade de superar os desafios encontrados durante séculos de contato intersocietário. Temia-se que o empreendimento econômico da Serra dos Carajás afetasse seu território de maneira grandemente negativa, devido ao fato das terras terem sofrido grande valorização, o que poderia ameaçar as suas Reservas. Mas esta nova situação mostrou que os litígios e situações conflitantes pela posse das terras que tradicionalmente habitam, proporcionou-lhes uma grande coesão interna. Esta coesão possibilitou uma reação firme e até belicosa contra os invasores e, também, solidificou as condições para pressionar o órgão protetorista a demarcar suas Reservas. Estas constituem certamente um fator preponderante para revigoração e revivescência de seus padrões culturais, em moldes tribais. A isso deve-se acrescentar a persistência dos meios tradicionais de sustento cotidiano que contribuem para a manutenção do seu modo de vida peculiar. Os Tenetehara-Guajajara, nos dias de hoje, embora em processo de integração<sup>15</sup> à sociedade brasileira, não apresentam modificações em sua organização econômico-social de grande monta, apesar de terem sido removidas muitas barreiras no sentido da modernização da área em que vivem. Grandes mudanças ocorreram na ambiência regional, desde 1945 até o final da década de 1979. Apesar disso, os Tenetehara-Guajajara, como um todo, continuam vivendo preponderantemente de acordo com seus sistemas adaptativo, associativo e ideológico, semelhantemente à parcela que vivia no rio Pindaré, tal como foi registrado por Wagley, Galvão. Evidentemente que a intensificação do convívio intersocietário com membros da sociedade regional, envolvente e dominante, causou sérios transtornos para o sistema social tribal. Este,

em contrapartida, engendrou mecanismos para resistir e preservar suas características. Os Tenetehara-Guajajara, a despeito de terem sido espoliados e submetidos a toda sorte de vexames durante longo período de tempo, preservaram sua língua, costumes e visão de mundo. O contato sócio-cultural tende a ficar cada vez mais intenso com o passar dos anos, ocasionando novos arranjos aos meandros de sua engenhosa adaptabilidade às novas condições de convívio interétnico. Sua flexibilidade cultural, longamente testada no embate intersocietário em que estão envolvidos, lhes garante e possibilita efetivamente seu conservantismo cultural, sem menosprezar as inovações que se adaptem ao seu viver cotidiano.

### CAPÍTULO 3

#### ALDEIAS E RESERVAS INDÍGENAS

As aldeias variam consideravelmente de população e, conseqüentemente, de tamanho. Os Tenetehara-Guajajara podem também viver junto às suas roças. São os *centros* onde residem temporariamente ou por tempo mais prolongado, dependendo da distância que ficam das aldeias. Lá, dedicam-se às várias etapas do trabalho nas roças ou na fabricação de farinha de mandioca. No período de nossa pesquisa de campo, os indígenas estavam distribuídos em trinta e dois aldeamentos e cerca de uma dezena de *centros*. Os aldeamentos estavam assim distribuídos: Posto Indígena Araribóia (sete); Posto Indígena Cana Brava (sete); Posto Guajajara (seis); Posto Indígena Bacurizinho (quatro); Posto Indígena Canudal (três); Posto Indígena Anjico Torto (três) e Posto Indígena Pindaré (dois). Via de regra, cada aldeia tem um chefe chamado capitão. Em princípio, é o responsável pela ordem e o intermediário entre seus liderados e os funcionários do órgão protecionista. Seu prestígio, maior ou menor, depende de sua real liderança e do número de sua parentela no grupo local. As aldeias estão sob a jurisdição de sete Postos Indígenas, que atuam em quatro Reservas situadas nos municípios de Amarante, Grajaú, Barra do Corda e Bom Jardim. Todos esses municípios estão localizados em microrregiões que fazem parte da área ecológica denominada Pré-Amazônia. Esta se estende desde os manguezais do litoral noroeste até as matas das proximidades da região do Planalto. Não é, portanto, homogênea do ponto de vista fitofisionômico. Mas, em sua maior parte, principalmente a oeste, pode ser considerada como uma extensa Hiléia Amazônica. Nessa região ocorre o clima equatorial, com idênticas características durante todo o ano e alto índice pluviométrico, particularmente de novembro a junho.

Os grupos-locais que visitamos estão espacialmente assim localizados: *Funil* na margem esquerda do Rio Buriticupu, afluente do Pindaré, distando cerca de 30 quilômetros da cidade de Amarante do Maranhão; *Ipu*, *Bacurizinho* e *Cocal* na margem direita do rio Mearim, estando próximos entre si, de Ipu à cidade de Grajaú a distância a percorrer é de cerca de 24 quilômetros; *São Pedro* e *Colônia*, também próximos um do outro, respectivamente na margem esquerda e direita do rio Mearim, São Pedro dista cerca de 60 quilômetros da cidade de Barra do Corda; *Januária* e *Piçarra Preta*, à pouca distância um do outro, na margem direita do rio Pindaré, ficando aproximadamente a 12 quilômetros da cidade de Santa Inês e cerca de 18 quilômetros da Cidade de Bom Jardim. Todos esses aldeamentos estão ligados às respectivas sedes dos municípios onde estão situados, através de estradas de terra carroçáveis, com exceção de *Januária* e *Piçarra Preta* que estão ligadas às cidades de Bom Jardim e de Santa Inês pela rodovia BR-316, asfaltada, e que atravessa a Reserva Pindaré rente às casas indígenas. Em janeiro de 1977, em um censo realizado pelo autor, foi encontrada a seguinte população. Ipu: 201 pessoas, sendo 102 do sexo masculino (inclusive dois civilizados) e 99 do sexo feminino, em 37 grupos domésticos. Bacurizinho: 308 pessoas, sendo 154 do sexo masculino e 154 do sexo feminino, em 50 grupos domésticos. Cocal: 48 pessoas, sendo 24 do sexo masculino e 24 do sexo feminino. São Pedro: 179 pessoas, sendo 81 do sexo masculino e 98 do sexo feminino, em 33 grupos domésticos. Januária: 109 pessoas, sendo 51 do sexo masculino (01 civilizado) e 58 do sexo feminino (01 civilizada), em 24 grupos domésticos. Piçarra Preta: 43 pessoas, sendo 22 do sexo masculino e 21 do sexo feminino, em treze grupos domésticos. Colônia: 134 pessoas, sendo, 72 do sexo feminino e 62 do sexo masculino, em 23 grupos domésticos. Em outubro de 1977 verificamos que a população da aldeia Ipu era de 226 pessoas (111 do sexo masculino e 115 do sexo feminino), distribuídas em 40 grupos domésticos. Na mesma época, a população da aldeia São Pedro era formada por 213 pessoas (101 do sexo

masculino e 112 do sexo feminino), divididas em 32 grupos domésticos. Moradores do *centro* Barreirinho haviam se transferido para esta aldeia.

Nessas aldeias, o casario é enfileirado, as casas são retangulares e o teto de duas águas. A cobertura e as paredes são feitas com folhas das palmeiras babaçu e/ou inajá. Algumas, porém, eram cobertas com pequenos pedaços de madeira da árvore sapucaí ou palha de pati, enquanto que as paredes eram de taipa ou apenas de paus roliços. Essas moradas, embora semelhantes às dos habitantes da zona rural ou das periferias urbanas, diferem pela ausência ou menor número de janelas e de divisões internas. Todas as aldeias visitadas têm seu chefe político, o *capitão*, com exceção de Cocal (politicamente unida à aldeia Bacurizinho) e Piçarra Preta (politicamente unida à aldeia Januária). O órgão protecionista mantém escolas em algumas aldeias, nas quais lecionam *monitores bilíngües*<sup>16</sup>. Crianças e jovens de Cocal e Piçarra Preta estudam, respectivamente, nas aldeias Bacurizinho e Januária, embora nesta só tenham lecionado civilizados, estando sem docente no período da pesquisa.

As Reservas Indígenas Tenetehara-Guajajara têm as seguintes denominações e áreas: Guajajara (145.013 hectares); Pindaré (15.002 hectares); Bacurizinho (82.432 hectares); Araribóia (414.589 hectares)<sup>17</sup>. A Reserva Guajajara é constituída pelos Postos Indígenas Guajajara (antigo Manoel Rabelo) e Cana Brava. Está localizada entre os rios Mearim e seu afluente Corda. A Reserva Pindaré, localizada no baixo Pindaré, possui apenas o Posto Indígena Pindaré, antigo Gonçalves Dias<sup>18</sup>. A Reserva Bacurizinho, situada entre o rio Mearim e seu afluente, riacho Enjeitado, é administrada localmente pelo Posto Indígena do mesmo nome. A Reserva Araribóia, localizada entre o alto rio Zutiua e o rio Buriticupu, é constituída pelos Postos Indígenas Araribóia, Anjico Torto e Canudal.

Há indivíduos Tenetehara-Guajajara vivendo em postos Indígenas, pertencentes a outras Reservas, mas em número diminuto. Por exemplo, no P.I. Caru, que faz parte da Reserva

Indígena Gurupi (entre os rios Gurupi, Turi e Pindaré), no município de Bom Jardim. Esta Reserva abriga os Kaapor, os Guajá e uns poucos Tenetehara-Guajajara e Tenetehara-Tembé. O mesmo ocorre na Reserva Governador dos Pukobyê (município de Amarante) onde ficou encravada a aldeia Tenetehara-Guajajara, denominada Borges, e em outras pequenas áreas, tais como Geralda/Toco Preto (município de Grajaú), Rodeador (município de Barra do Corda) e Morro Branco (na cidade de Grajaú).

Na década de 1970, particularmente em seus meados, houve problemas de disputa e invasões nas Reservas de Bacurizinho, Pindaré, Guajajara e Araribóia. Na área do Posto Indígena Angico Torto, pertencente a esta última Reserva, a pressão dos invasores foi violenta e a reação dos Tenetehara-Guajajara também, havendo mortes de ambos os lados. As Reservas Indígenas Pindaré e Guajajara tiveram suas terras cortadas pelas rodovias BR-316 e BR-226, respectivamente. A abertura dessas estradas aumentou grandemente a comunicação e o número de veículos motorizados e, conseqüentemente, a cobiça de invasores. O contato tornou-se mais incisivo com os brancos, de modo desordenado, causando grandes transtornos organizatórios nas aldeias que margeiam as mencionadas rodovias. Esses transtornos ocorriam particularmente nas Aldeias Barreirinho, Coquinho e Mussum onde, desde o início da década de 1970, havia festas dançantes com muita bebedeira de cachaça e prostituição das mulheres índias pelos homens civilizados. Cabe aqui mencionar que, tradicionalmente, os Tenetehara não têm prostituição institucionalizada e parece que não têm homossexualismo feminino ou masculino, fatos que também não foram relatados por Wagley, Galvão (1949, 1955). Outra grande dificuldade enfrentada é o fato da Reserva Indígena Guajajara ter encravados em suas terras, há muitos anos, a Missão Alto Alegre dos frades Capuchinhos Lombardos e o povoado denominado São Pedro dos Cacetes. Neste, em julho de 1978, a Polícia Federal conseguiu evitar possíveis refregas por parte dos civilizados que estariam dispostos a reagir, devido às notícias de súbitas e imediatas expulsões da área do Posto Indígena Cana Brava onde, especificamente, está localizado esse povoado<sup>19</sup>.

## CAPÍTULO 4

### A ECONOMIA

Nas aldeias visitadas havia árvores frutíferas, tais como mangueiras, limoeiros, laranjeiras, cajueiros, goiabeiras, mamoeiros e bananeiras. Via de regra, os frutos são apenas para o consumo interno, sendo raramente vendidos aos regionais. O animal doméstico que mais chama a atenção é o cachorro. Há um grande número deles nas aldeias. Também criam galinhas, porcos, gado vacum, cavalos e muias. O alimento diário é a farinha de mandioca que é ingerida com carne ou peixe ou na forma de *chibé*, isto é, misturada com água.

Os recursos econômicos dos Tenetehara-Guajajara são: força de trabalho, terra, agricultura, caça, pesca, coleta e extrativismo vegetal<sup>20</sup>. A força de trabalho é voltada para a produção interna do grupo e para venda aos regionais. Esta última modalidade tem diminuído muito nos últimos anos, por determinação do órgão protetor. A terra disponível está compreendida nos limites das Reservas. A agricultura continua predominantemente de subsistência, com reduzido montante para venda. A caça é a principal atividade depois da agricultura. A pesca e a coleta são menos importantes, embora esta última não seja desprezível, principalmente a de frutos comestíveis na estação chuvosa. O extrativismo vegetal também é praticado para fins comerciais, particularmente o coco babaçu na Reserva Pindaré. Na pesca os Tenetehara-Guajajara empregam arco e flecha, anzol e linha de náilon e tarrafas também confeccionadas com este material. Também usam timbó, um vegetal que tonteia os peixes e facilita sua captura, em ocasiões propícias, isto é, quando a água está baixa e represada. Os peixes mencionados foram: pacu, cascudo, piranha, curimatã, aracu, piau, traíra, sardinha, piaba, acará, arraia,

mandi e surubim. Na caça costumam usar espingardas cartucheiras e de espoleta. Os animais citados foram: veados mateiro e catingueiro, porcos catitu e queixada, cotia, coandu, anta, capivara, macacos e jaboti, jacu, aracuã, jahó, curica, arara, inambu, papagaio e jacamim. Ainda quando a caça era uma atividade coletiva para subsistência, a carne não era uma propriedade do grupo, mas pertencia ao caçador que matou o animal. Presentemente, a caça coletiva é geralmente realizada somente para os ritos de iniciação das jovens, sendo a carne transferida para a família responsável pelo cerimonial. No que diz respeito à coleta, destacam-se as folhas de palmeira injá, babaçu e buriti que são úteis para a cobertura e paredes de casas ou ainda, para a confecção de cestaria. Além disso, coletam mel de abelhas, os frutos de açaí, bacaba, piqui, caju branco, cupuaçu, sapucaia, jenipapo, jatobá, mamoi, cajá, etc. A coleta de frutos comestíveis depende da época em que estão disponíveis<sup>21</sup>. Plantam *mandioca mansa* que serve para fazer mingau e a *mandioca brava* com a qual preparam a farinha. As outras plantas são: milho, feijão, fava, abóbora, cará, inhame, batata doce, melancia, amendoim, fumo, algodão, arroz, etc.<sup>22</sup>. As roças continuam sendo medidas em *linhas*, o equivalente a 25 braças quadradas ou aproximadamente 2.500m<sup>2</sup>. Os instrumentos usados na faina agrícola são: machado, facão, enxada, foice, cavador e enxadeco. A técnica de derruba e queima continua sendo usada na agricultura dos Tenetehara-Guajajara. A época apropriada medeia entre agosto e novembro. Logo após a queima é feito o plantio. A mandioca é retirada da roça na medida da necessidade de seu uso, pois pode permanecer sob a terra cerca de dois anos. As demais plantas são retiradas da roça, de acordo com o tempo certo para sua colheita, baseado na experiência do grupo tribal. A agricultura é predominantemente de subsistência, com reduzido excedente para venda. O cultivo ocupa o trabalho das famílias elementares, havendo a chamada *troca de dia* entre componentes de parentelas e, esporadicamente, o trabalho é remunerado. Irmãos e cunhados fazem roças contíguas, porém com marcas de separação, havendo uma única cerca.

No período de janeiro de 1977 a janeiro de 1979 verificamos que a FUNAI estava interessada em incentivar os chamados *projetos agrícolas*. Estes envolviam o maior número de indivíduos de cada aldeia no cultivo coletivo, principalmente de arroz e de mandioca. Todos os Postos Indígenas estavam estimulando o trabalho agrícola cooperativo. Por exemplo, no Posto Indígena Pindaré, na Reserva do mesmo nome, a roça comunitária ficava na margem da rodovia, cerca de dois quilômetros distante da aldeia Januária. Em janeiro de 1979 dez homens estavam preparando o terreno para plantio de arroz e, posteriormente, plantariam abóbora, melancia, milho e mandioca. Os componentes do grupo cooperativo recebiam diárias para o sustento familiar e, no final da colheita, os lucros teriam uma parte dividida e outra reinvestida em novas roças. Esta era uma tentativa do órgão protecionista para que os Tenetehara-Guajajara evitassem vender sua força de trabalho. Havia, também, a expectativa de diminuir dependência de produtos do extrativismo vegetal, especialmente do coco babaçu, como ocorria na Reserva Indígena Pindaré. De acordo com a documentação encontrada na sede do Posto Indígena Pindaré, em 1977 houve distribuição de ferramentas, de anzóis e linha de náilon aos participantes da roça coletiva. Os remédios continuavam sendo distribuídos quando havia disponibilidade e na medida de sua efetiva necessidade. Aliás, naquela área, o número de veículos motorizados e as atividades comerciais aumentaram muitíssimo desde a pesquisa de Wagley, Galvão, na primeira metade da década de 1940. Todavia, esta tendência não ocorreu com a mesma intensidade nas demais áreas em que vivem os Tenetehara-Guajajara.

Na década de 1940 havia distribuição de bens manufaturados aos Tenetehara-Guajajara do Pindaré. Nessa época os funcionários do então Serviço de Proteção aos Índios, com o objetivo de evitar que esses indígenas fossem explorados pelos regionais, tentavam fazê-los vender seus produtos através do Posto Indígena. Porém, os Tenetehara-Guajajara não levavam a sério essa obrigatoriedade, continuando a fazer suas tran-

sações comerciais diretamente. Os indígenas então comercializavam com seus vizinhos brasileiros, utilidades, tais como peles de animais silvestres, resinas, madeiras, amêndoas de babaçu, etc, para obter roupas, sal, anzóis e outros bens manufaturados (Wagley, Galvão, 1949 e 1955). Presentemente, esse comércio não só continua, como também se tornou mais amplo. Com a abertura das rodovias interestaduais e intermunicipais ficou possibilitado o tráfego, tanto no período chuvoso quanto no seco. Evidentemente que o aumento populacional da sociedade envolvente e a mudança resultante da nova situação, proporcionaram que as relações econômico-sociais tivessem ampliação significativa. Aumentou a quantidade e a diversidade dos bens adquiridos no comércio local. Nas casas pode haver maior ou menor número de utensílios, os quais, geralmente, são constituídos de equipamentos úteis para obtenção da subsistência, e, também, para o uso doméstico. Deve-se evidenciar que as mudanças econômico-sociais implicaram a quebra das relações de clientela. Assim sendo, como os Tenetehara-Guajajara não dispõem de crédito, devem adquirir tudo à vista. Esta nova situação ocasionou a limitação da quantidade de bens adquiridos e, mais penoso, impôs a necessidade de conseguir dinheiro para comprá-los. Por isso, procuram obter recursos financeiros para satisfação de suas necessidades, através da venda de sua força de trabalho e/ou de produtos agrícolas, extrativistas, etc. Na década de 1970 a venda da força de trabalho foi sensivelmente aumentada, nos municípios de Amarante, Grajaú e Barra do Corda, no trabalho de fazer campos de pastagens para os novos criadores de gado recém-chegados de outros Estados. Na tentativa de reverter esta situação, o órgão protecionista planejou e estava tentando implantar os *projetos agrícolas*, para os quais não estava havendo muito entusiasmo da grande maioria dos indígenas.

Antigamente o trabalho dos Tenetehara-Guajajara era organizado de acordo com rígidas regras de divisão sexual do trabalho. Na época da pesquisa de campo de Wagley, Galvão (1949:47), várias mudanças já haviam ocorrido. Esses autores

sugerem que tal mudança pode ser imputada ao aumento da produção da mandioca, devido à procura da farinha da mandioca que requiera mais atenção, à ocupação dos homens em todas as fases de sua comercialização e, também, à imitação de divisão do trabalho dos regionais. Na atualidade verifica-se que a divisão do trabalho por sexo se mantém aproximadamente como na década de 1940, período que já apresentava mudanças em relação ao passado. Os comportamentos referentes à divisão de trabalho dos Tenetehara-Guajajara mudaram não somente devido ao contato interétnico, mas também como um resultado natural da sua inserção em uma economia de mercado. Os homens fazem muitas tarefas que eram exclusivas da mulher, principalmente no que diz respeito ao fabrico da farinha de mandioca. Na Reserva Pindaré, ambos os sexos, adultos e crianças, dedicam-se à quebra do coco babaçu, cuja amêndoa é vendida ao comércio regional. Esta atividade já faz parte dos interesses econômicos dos Tenetehara-Guajajara, como objeto de troca comercial com os regionais. Os regionais pobres também dedicam-se à quebra do coco babaçu, pois através dele conseguem bens manufaturados. Esse produto do extrativismo vegetal gerou competitividade entre uns e outros, trazendo como resultado maior número de invasões das terras indígenas. Proporcionou, inclusive, o falso *arrendamento*, por indivíduos Tenetehara-Guajajara àqueles civilizados que estiverem interessados na obtenção e venda do coco babaçu<sup>23</sup>.

A cultura material dos Tenetehara-Guajajara mudou, desde a década de 1940, em quantidade e qualidade. O sensível aumento de bens manufaturados, entretanto, não causou o desaparecimento dos seus objetos tradicionais confeccionados para uso próprio ou para venda. Continuam elaborando balaios, peneiras, cestos, abanos, tipitis, cofos, fusos, bobinas para tecer redes de dormir, espátulas para mexer farinha no forno, teares, tipóias para carregar crianças, maracás, buzinas, ornatos de cabeça, colares, flechas e arcos, arapucas, diversos tipos de armadilhas de pesca e brinquedos. Ainda utilizam vasilhames de barro, cuias e cabaças como utensílios domésticos.

Aliás, ao iniciar-se a década de 1970, surgiu a possibilidade de comercialização de objetos indígenas, através da Artíndia criada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), para direcionar a venda e estimular o artesanato indígena. Mas, devido ao pouco esmero do artesanato Tenetehara-Guajajara, em relação ao de outros grupos tribais, a demanda estava diminuindo. As mulheres, principalmente, é que se dedicam ao fabrico de peças de artesanato para a venda, não sendo porém de grande apuro, com exceção das redes de algodão para dormir, tecidas tanto para uso próprio como também para comercializar. Pode-se afirmar que a comercialização do artesanato constitui uma fonte de obtenção de dinheiro, usado para a compra de bens manufaturados. Essa comercialização é feita nas cidades, porém, compradores profissionais vão periodicamente às aldeias adquirir novos estoques. Outra fonte de renda, surgida na década de 1970, é resultante da aposentadoria dos homens maiores de 65 anos e das viúvas, proporcionada pelo Funrural, entidade de caráter assistencial patrocinada pelo Governo Federal. Nesse mesmo período foi estabelecido pela FUNAI o programa educacional bilíngüe, em que monitores Tenetehara-Guajajara recebem um rápido treinamento. Este fato os distingue dos demais que fazem trabalhos braçais. Além disso, em razão de serem assalariados, com pagamento mensal, tornam-se verdadeiros privilegiados dentro do grupo tribal. Realmente, seu padrão de vida passou a ser diferente. Raros outros indivíduos, às vezes parentes dos monitores, têm êxito econômico. Como exemplo citamos o pai de um dos monitores da Reserva indígena Bacurizinho que comprava artesanato de outros Tenetehara-Guajajara e os comerciava, lucrando com essa atividade. O marido de uma monitora da Reserva Indígena Aribóia também fazia negócios, aplicando o dinheiro da esposa em compra de bens manufaturados para revendê-los e até contratava empreitadas, utilizando o trabalho dos Tenetehara-Guajajara da sua aldeia. Esse mesmo indivíduo, em 1978, comprou dos indígenas e revendeu a um civilizado 6.916 quilos de folhas de jaborandi, planta de uso farmacêutico. Também,

ocasionalmente, moradores da Reserva Guajajara coletavam e vendiam esse vegetal em Barra do Corda. Afora esses casos, os xamãs ganham recompensas pelo seu trabalho de cura, em dinheiro e/ou em bens diversos.

A terra continua sendo o meio de produção, de caráter fundamental, ao dispor de todos os Tenetehara-Guajajara. Mas, apesar deste fato básico para a manutenção da sua identidade étnica, vimos através dos dados apresentados que as novas atividades econômicas afetam o comportamento do grupo tribal, como um todo. Também ficou evidenciado, de modo claro e objetivo, que as mudanças econômicas necessariamente têm implicações com as mudanças sociais. As relações econômicas dos Tenetehara-Guajajara com os brasileiros mostram a tendência da sociedade envolvida, gradativamente, integrar-se na economia de mercado existente na sociedade envolvente. Aliás, Wagley, Galvão (1949, 1955) salientaram o aprendizado indígena dos jogos de interesses que regem as trocas comerciais. Pois, foi através da venda do óleo de copaíba e de amêndoas de babaçu, usados como artigos para comércio desde o século dezenove, que eles foram iniciados diretamente na economia de mercado regional e, indiretamente, na economia capitalista mundial, porque esses produtos também são exportados.

## CAPÍTULO 5

### SISTEMA DE PARENTESCO

Como é plenamente sabido, o sistema de parentesco constitui um dos aspectos fundamentais da organização social das sociedades humanas, particularmente dos grupos tribais. Como já foi amplamente enfatizado, os Tenetehara-Guajajara estão em acentuado processo de integração à sociedade brasileira. Este fato, obviamente, acarreta alterações nos seus sistemas econômico, político, etc. Todavia, o sistema de parentesco continua operativo. A terminologia obtida por Wagley, Galvão, na primeira metade da década de 1940, na região do rio Pindaré, continua sendo empregada pelos indígenas, em sua totalidade.

### TERMINOLOGIA DE PARENTESCO

A terminologia de parentesco dos Tenetehara-Guajajara pode ser assim descrita:

- a) um único termo é empregado para designar o pai do pai e o pai da mãe. Igualmente, há apenas um designativo para a mãe do pai e para a mãe da mãe, não importando o sexo da pessoa que fala;
- b) o pai, os irmãos do pai, os primos paralelos patrilineares e matrilineares, são classificados na mesma categoria, seja Ego masculino ou feminino. Semelhantemente, a mãe, as irmãs da mãe, as primas matrilineares e patrilineares da mãe são agrupadas em uma mesma categoria terminológica, independentemente do sexo da pessoa que fala. Reciprocamente, todos os pais,

e todas as *mães* reais e/ou classificatórios referem-se à pessoa de Ego como *filho* e/ou *filha*. Contudo, a irmã do pai e o irmão da mãe de Ego recebem termos de parentesco específicos;

- c) os mesmos termos são aplicados aos irmãos verdadeiros, aos meio-irmãos, aos primos paralelos e cruzados. Esses termos variam de acordo com o sexo do parente envolvido e o sexo da pessoa que fala. As distinções de idade relativa são feitas tanto a respeito dos irmãos verdadeiros, quanto dos irmãos classificatórios do mesmo sexo de Ego;
- d) na categoria de parentesco referente aos *filhos e filhas*, o indivíduo, seja Ego masculino ou feminino, classifica os seus próprios filhos e filhas e os de seus irmãos do mesmo sexo, verdadeiros e classificatórios;
- e) os filhos e filhas dos filhos e das filhas, recebem um único designativo, seja Ego do sexo masculino ou feminino;
- f) marido, esposa, sogro e sogra são referidos por termos específicos, de acordo com o sexo da pessoa que fala. Isto também é válido para os demais termos de parentesco afim, tais como cunhado e cunhada, genro e nora.

Os Tenetehara-Guajajara possuem uma terminologia de parentesco do tipo fusão bifurcada na primeira geração ascendente. Na geração de Ego a terminologia corresponde ao tipo Hawaiano da classificação de Murdock (1966:223), isto é, os filhos e filhas da pessoa que fala são identificados com os filhos e filhas dos irmãos do mesmo sexo. No tocante às gerações alternadas, isto é, segunda geração ascendente e segunda geração descendente, observa-se uma fusão terminológica, pois o pai do pai e a mãe do pai são identificados com o pai da mãe e com a mãe da mãe. Do mesmo modo, os filhos e filhas dos filhos são equiparados, terminologicamente, com os filhos e filhas das filhas.

## LISTA DOS TERMOS DE PARENTESCO

Tenetehara-Guajajara<sup>24</sup>

1. He Tamui	- pai do pai	(h/m.f.)
	- pai da mãe	(h/m.f.)
2. He Zaryi	- mãe do pai	(h/m.f.)
3. He Ru	- pai	(h/m.f.)
4. He Ry	- mãe	(h/m.f.)
5. He Ruwyrá	- irmão do pai	(h/m.f.)
6. He Tutyrá	- irmão da mãe	(h/m.f.)
7. He Zaihe	- irmã do pai	(h/m.f.)
8. He iyra	- irmã da mãe	(h/m.f.)
9. He Rikiyra	- irmão mais velho	(h.f.)
10. He Kiwyrá	- irmão mais velho	(m.f.)
11. He Reinyra	- irmã mais velha	(h.f.)
16. He Rikera	- irmã mais velha	(m.f.)
17. He Riwyra	- irmão mais novo	(h.f.)
18. He Kiwyrá	- irmão mais novo	(m.f.)
19. He Reinyra	- irmã mais nova	(h.f.)
20. He Kipyra	- irmã mais nova	(m.f.)
21. He Rayra	- filho, filho do irmão	(h.f.)
22. He Memyra	- filho, filho da irmã	(m.f.)
23. He Razyra	- filha, filha do irmão	(h.f.)
24. He Memyra Kuzã	- filha, filha da irmã	(m.f.)
25. He Peng	- filho(a) do irmão	(m.f.)
26. He Riyra	- filho da irmã	(h.f.)
27. He Ratipera	- filha da irmã	(h.f.)
28. He Remimino	- neto (a)	(h.f.)
29. He Remiro	- neto (a)	(m.f.)
30. He men	- marido	
31. He Remiriko	- esposa	
32. He Rairyra	- irmão da esposa	
33. He Ukei	- irmã do marido	
34. He Ukeyi	- esposa do irmão	(h.f.)

35. He Rairuyra - marido da irmã (h.f.)  
 36. He Ratyu - pai da esposa  
 37. He Raiho - mãe da esposa  
 38. He men u - pai do marido  
 39. He me hy - mãe do marido  
 40. He Rai Taty - esposa do filho (h.f.)  
 41. He Raiwen - marido da filha (h.f.)  
 42. He Memi Taty - esposa do filho (m.f.)  
 43. He Peun - marido da filha (m.f.)

### CASAMENTO E RESIDÊNCIA

Para Wagley, Galvão (1955:31) “Os Tenetehara constituem mais propriamente um povo unido pela mesma língua e tradições comuns, do que uma tribo ou nação conscientemente organizada em base política. (...). O casamento entre indivíduos de aldeias circunvizinhas resulta em considerável extensão de parentesco de uma aldeia para outra e conseqüente coesão social”. Esses autores (1955:9) acrescentam que “Os Tenetehara não se consideram ‘brasileiros’, no sentido que emprestamos a essa denominação nacional, e sim uma tribo com um modo de vida, uma língua e tradições que os distinguem do sertanejo, ‘civilizado’ ou ‘cristão’, e também de outras tribos que habitam a mesma área”.

Entre os Tenetehara-Guajajara o casamento ocorre geralmente para as moças entre 13 e 15 anos e para os rapazes entre 16 e 18 anos. O pai de uma menina impúbere poderá arranjar-lhe um marido. O rapaz é recebido pela família extensa da adolescente como seu marido, mas relações sexuais só terão início formalmente após os ritos de puberdade. A transição para a condição de adulto é feita de maneira cerimonial, com danças, canções e atividades xamanísticas, além de uma refeição formal. Essa festa é conhecida regionalmente como a *festa do Moqueado*<sup>25</sup>. Wagley, Galvão (1955:94) dizem que no Mearim chama-se *festa do boi*, porque é abatido um boi em vez

de um animal de caça. Logo após os ritos de puberdade é comum as meninas se casarem. E se já tiverem *maridos*, a cerimônia marca o início formal das relações sexuais. Daí porque os regionais a chamam de *festa do casamento*. Geralmente os casamentos são efetuados entre pessoas da mesma aldeia ou de grupos locais vizinhos. Atualmente, pelo menos nas aldeias sedes dos postos indígenas ou naquelas que ficam próximas, o casamento é realizado pelo Encarregado do Posto Indígena, o qual registra o acontecimento num livro próprio. A residência após o casamento é na casa dos pais da esposa. A filiação é bilateral, isto é, enfatizam o parentesco com a parentela de ambos os pais. Entre os Kaapor, também de língua Tupi-Guarani, a filiação é bilateral, uma vez que o grupo social em suas mais amplas unidades de parentesco (famílias e grupos residências) é reconhecido através de homens e mulheres. Entre estes indígenas a residência, após o casamento, é também na casa dos pais da esposa. Depois de um ano de serviços, tais como fazer roçados e plantar mandioca, o casal continua morando próximo dos pais da mulher (Ballée, 1984:164, 177, 200). Entre os Tenetehara-Guajajara, após o nascimento do primeiro filho, o casal pode deixar a residência uxorilocal<sup>26</sup>. Poderá morar perto da parentela do marido, ou construir uma casa contígua à dos pais da esposa ou, mesmo, continuar residindo na casa destes.

Idealmente, cada casa é ocupada por uma família nuclear, mas outros parentes geralmente também vivem na casa<sup>27</sup>. Por um ou dois anos após o casamento o noivo trabalha para seu sogro, depois ele pode construir casa para sua própria família, próxima de sua parentela ou dos pais da esposa. Em suma, um grupo doméstico Tenetehara-Guajajara é, via de regra, constituído por um casal e seus filhos solteiros e/ou recém-casados. Os desvios da norma ocorrem quando há casamento polígino, quando o casamento se dissolve pela morte de um dos cônjuges e o sobrevivente não casa, ou ainda, no caso de residência uxorilocal se prolongar após o nascimento do primogênito do casal<sup>28</sup>. Evidentemente que os casamentos também se dissolvem pelo divórcio, mas comumente os cônjuges divorciados ou viúvos casam-se com novos parceiros. Wagley, Galvão (1955:39, 43) afirmam que a poliginia era mais freqüente em gerações

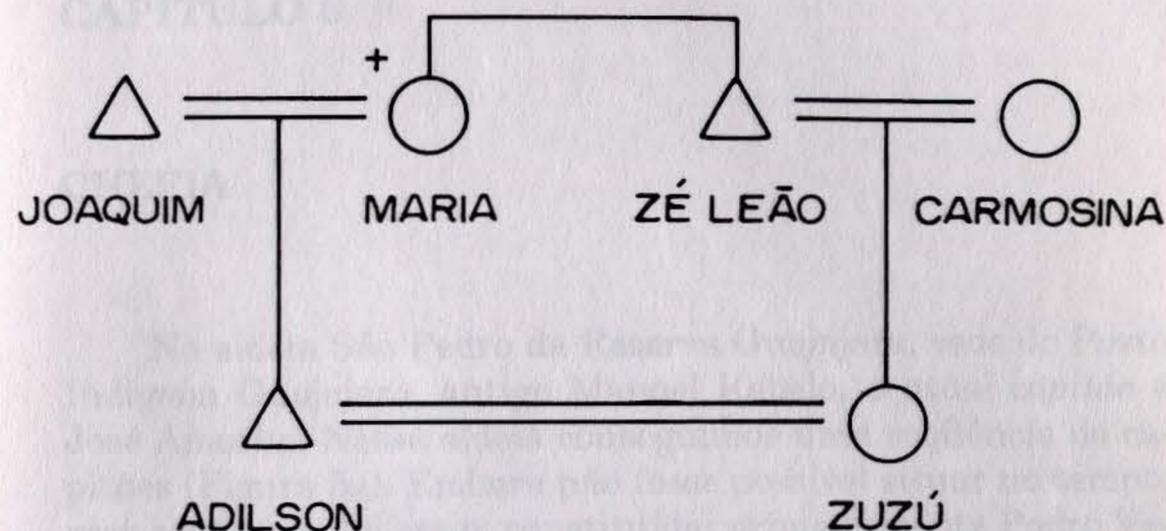
passadas. Referem-se ao pai de um de seus informantes que tivera cinco esposas. Em 1942 encontraram nove casos de homens com duas esposas e um com três; entre os homens com duas esposas, cinco estavam casados com uma mulher e a filha desta. Para estes etnólogos, a família extensa é mais importante que a família elementar entre os Tenetehara-Guajajara. É constituída por um número de famílias elementares (simples, como preferem dizer), ligadas por laços de parentesco. Além de constituir a base da produção econômica, é mais estável e subsiste ao rompimento das *famílias simples*. Idealmente a família extensa é baseada no controle de um homem sobre um número de filhas reais e/ou classificatórias. Se o líder da família extensa é um pajé, reúne o máximo de controle sobre o grupo, combinando simultaneamente religião, parentesco e economia para basear sua autoridade.

Os Tenetehara-Guajajara praticam predominantemente o casamento monogâmico e, em menos escala, a poligina simples e/ou sororal<sup>29</sup>. Wagley, Galvão relatam que a união entre parentes próximos, tais como primos paralelos e cruzados, irmão da mãe e filha da irmã, etc., é proibida. Se, contudo, esse parentesco for distante, nada impede o casamento. Todavia, encontramos dois exemplos de casamentos entre primos cruzados, respectivamente nas aldeias Bacurizinho e Ipu, ambas na Reserva Bacurizinho. O primeiro trata-se de um rapaz que uniu-se à filha do irmão de sua mãe; o segundo de um outro rapaz que casou com a filha da irmã de seu pai. É interessante notar que ambos os casais residem em outras aldeias (Fig. 4). Aqueles que praticam a poliginia são, em geral, líderes de grandes parentelas e suas esposas têm parentesco consanguíneo. Há casos de um indivíduo primeiramente casar com uma viúva e, posteriormente, casar também com a filha desta ou alguma sua parente próxima. Na aldeia de São Pedro há um indivíduo casado com uma viúva e com a filha dela, e também com outra mulher vinda recentemente de outra aldeia. Wagley, Galvão (1949, 1955) mencionam que o fato do homem casar com uma mulher e depois com a enteada se deve ao desejo da

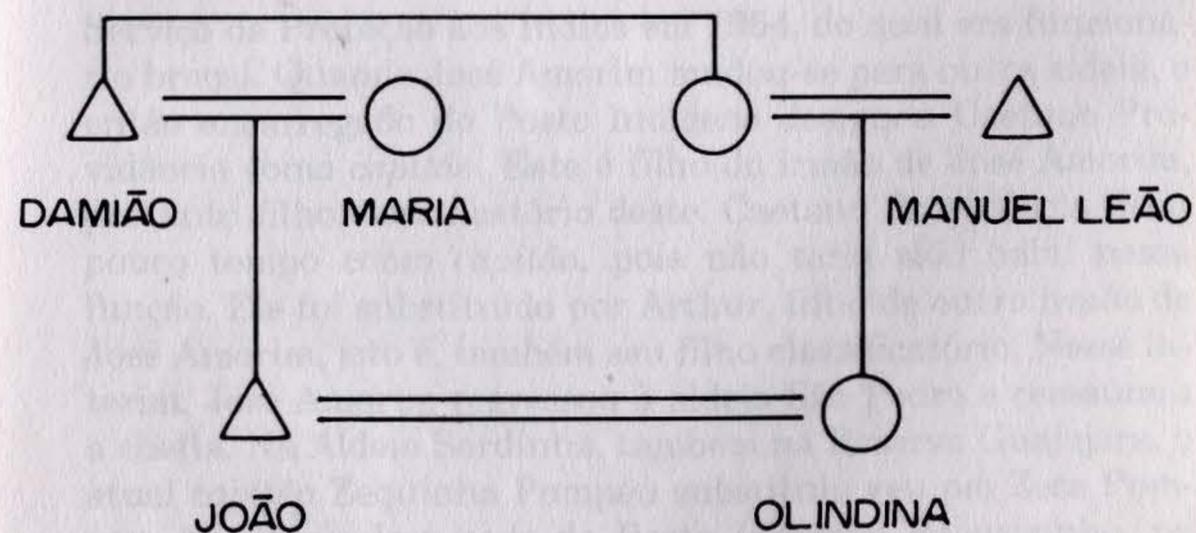
mulher mais velha conservar um marido ativo e trabalhador e para manter a filha dentro da mesma co-residência. Realmente, no caso da Aldeia São Pedro, trata-se de um homem muito trabalhador. Nessa mesma Aldeia o chefe político ou *capitão* pratica a poliginia sororal, tendo duas irmãs como co-esposas (primas paralelas matrilineares). Na aldeia Colônia, o *capitão* possui quatro esposas, parentas entre si, tendo a mais jovem, em 1977, apenas 13 anos de idade. Igualmente, na aldeia Funil há um indivíduo que pratica também a poliginia sororal, tendo duas irmãs como co-esposas. Na aldeia Januária há um homem com duas esposas não irmãs. Mas, ao contrário dos demais casos, em que a morada era única, as duas co-esposas moravam em casas separadas. Na década de 1940, a poliginia era proibida pelo órgão protecionista. Wagley, Galvão (1955:12) relatam que: "Atualmente a poliginia é proibida pelo SPI. Quando nos demoramos no Posto Gonçalves Dias (agora denominado Pindaré, *ESD*), dois Tenetehara foram ameaçados de prisão pelo Encarregado, porque possuíam mais de uma esposa. Na aldeia Januária, porém, sob as vistas do administrador, um Tenetehara vivia com duas esposas. Convencera o administrador de que a mulher mais velha era a esposa, a mais moça, filha desta. Seus companheiros, porém, insistiam em que ambas eram suas esposas". No caso da aldeia São Pedro, acima mencionado, a viúva diz não ser esposa do marido da filha, contudo o fora anteriormente. A filha desta viúva estava ameaçando deixar o homem, devido ter ele casado com outra mulher. Talvez o motivo dessa desavença seja pelo fato destas duas co-esposas não terem parentesco.

Em geral o casamento é estável. As separações ocorrem em casos extremos<sup>30</sup>. Na aldeia Ipu um homem adoeceu e foi para São Luís, onde ficou em longo tratamento. Na sua ausência, a mulher engravidou. Quando o marido regressou à aldeia, houve a separação do casal. Nessa mesma aldeia outro homem adoeceu gravemente, ficando meses inconsciente e depois de infrutíferos trabalhos de cura xamanística, ele foi enviado à cidade de São Luís. A esposa dele voltou para sua aldeia de origem e lá juntou-se a outro homem.

Na aldeia Bacurizinho havia comentários de que dois genros mantinham relações sexuais com suas respectivas sogras. Um deles teria engravidado a sogra, o que motivou o sogro ameaçar bater na mulher que, em consequência, ficou enferma, sendo enviada para o hospital de Grajaú. O Encarregado do Posto conversou com o marido dela e ele não a abandonou. O outro caso é de um rapaz que enviuvou e os seus sogros queriam que ele casasse com sua jovem cunhada, mas esta, sabedora do relacionamento íntimo dele com sua mãe, se recusou a casar. Além disso, comentava-se que esse rapaz batia na sua falecida esposa. A mocinha, então com quinze anos, ao ser ameaçada de surra pela sua recusa, refugiou-se na casa de sua irmã casada. Uma outra informação de adultério nos foi dada na aldeia São Pedro, em que a mulher envolvida é casada com um civilizado, único casamento com indivíduo não Tenetehara-Guajajara, nesse grupo local. Estes fatos demonstram que tal como entre os Kaapor (Balée, 1984:196), o adultério, apesar de infreqüente, também existe entre aqueles indígenas. Mas não é bem visto pela sociedade como um todo, fato que também foi registrado por Wagley, Galvão (1949:95; 1955:102).



( ALDEIA BACURIZINHO )



( ALDEIA IPÚ )

Fig. 4 - Casamentos entre primos cruzados

### CAPÍTULO 6

#### CHEFIA

Na aldeia São Pedro da Reserva Guajajara, sede do Posto Indígena Guajajara, antigo Manoel Rabelo, o atual *capitão* é José Amorim. Nessa aldeia conseguimos uma seqüência de capitães (Figura 5a). Embora não fosse possível situar no tempo, essa seqüência foi assim constituída: primeiramente Pedro Velho, em seguida Apolinário, cuja ligação de parentesco entre ambos não conseguimos obter. O terceiro *capitão* foi um filho de Pedro Velho e genro de Apolinário. O quarto *capitão* foi Mundico Carvalho, filho do irmão de Pedro Velho e, portanto, filho classificatório deste, de acordo com a terminologia de parentesco dos Tenetehara-Guajajara. O quinto *capitão* foi José Amorim, filho da irmã de Mundico Carvalho, nomeado pelo Serviço de Proteção aos Índios em 1964, do qual era funcionário braçal. Quando José Amorim mudou-se para outra aldeia, o então encarregado do Posto Indígena designou Caetano Providência como *capitão*. Este é filho do irmão de José Amorim, portanto filho classificatório deste. Caetano Providência ficou pouco tempo como *capitão*, pois não teria sido hábil nessa função. Ele foi substituído por Arthur, filho de outro irmão de José Amorim, isto é, também seu filho classificatório. Nesse ínterim, José Amorim regressou à aldeia São Pedro e reassumiu a chefia. Na Aldeia Sardinha, também na Reserva Guajajara, o atual *capitão* Zequinha Pompeu substituiu seu pai Zeca Pompeu. Na aldeia Ipu, sede do Posto Indígena Bacurizinho, na Reserva do mesmo nome, a seqüência dos capitães foi a seguinte: primeiramente Francisco Lopes; depois seu filho Miguel Lopes. Este, após um desentendimento com a sua parentela, foi substituído por Crescêncio, concunhado de Francisco Lopes. Seu substituto foi José Lopes, meio irmão de Miguel Lo-

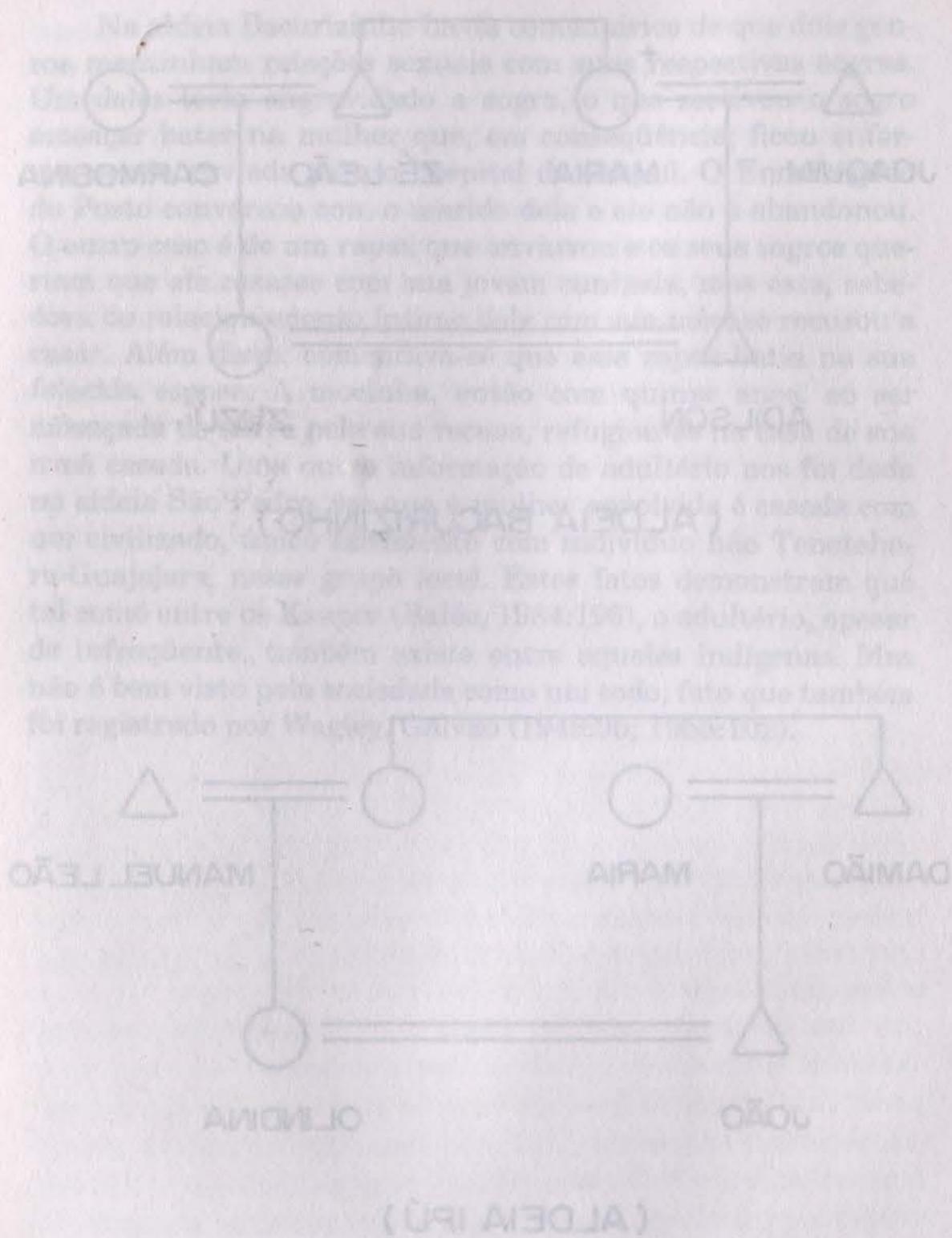
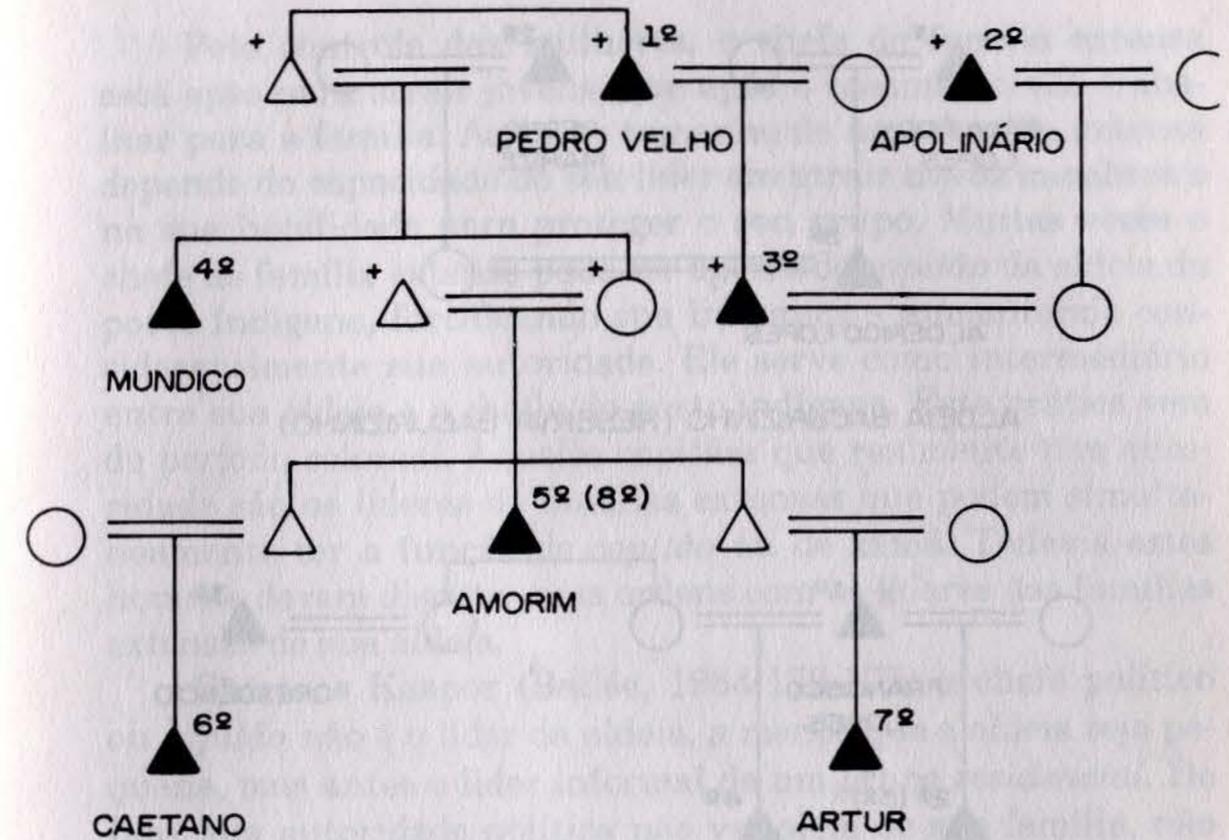


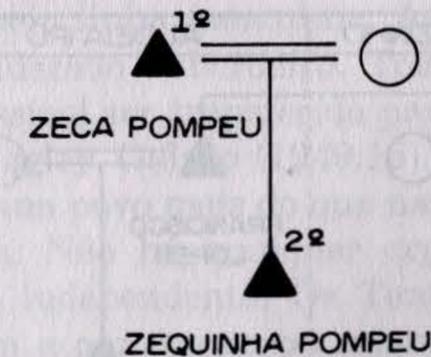
Fig. 5 - Chefes de Posto Indígena

pes, o qual teve sérias divergências com o encarregado do Posto Indígena. Este funcionário da FUNAI, para solucionar a contenda, fez uma eleição em que foram votados cinco candidatos, voltando a ser *capitão* Miguel Lopes. Na Aldeia Bacurizinho, também na Reserva do mesmo nome, o primeiro *capitão* foi Raimundo Lopes, que foi substituído por Pedro Marizê. Este, ao mudar-se para São Luís, capital do Estado, foi substituído, mediante eleição organizada pelo Chefe do Posto Indígena, por Alderico Lopes, filho de Raimundo Lopes e genro de Pedro Marizê. Diante do exposto, verifica-se que o *capitão* da aldeia Ipu é primo paralelo patrilateral, portanto irmão classificatório, do *capitão* da aldeia Bacurizinho (Figura 5b).

No que diz respeito às dimensões dos grupos locais, ao número de seus habitantes e à situação política na década de 1940, Wagley, Galvão (1955:34-36) assim se referem: "As aldeias Tenetehara variam consideravelmente de tamanho. No alto Pindaré, a aldeia de Camirang era a maior; contava vinte casas com 130 habitantes; Antoninho era o líder de uma aldeia de oito casas com 59 habitantes; Januária, junto ao posto Gonçalves Dias, tinha 85 habitantes distribuídos por 12 casas. Tawari Queimado, na Estrada do Sertão, próximo ao rio Grajaú é tido como dos maiores agrupamentos Tenetehara, contando com mais de 250 indivíduos. Segundo os dados de um recenseamento realizado há poucos anos pelo SPI, as aldeias de Barra do Corda variam de 160 habitantes (aldeia de Uchoa) a 15 (aldeia de Jenipapo). Cada aldeia Tenetehara possui um capitão, apontado ou reconhecido como chefe pelo SPI. Teoricamente ele é o responsável pelo Governo do povo dentro da aldeia. O *capitão* de uma aldeia recebe do Encarregado do SPI uma *patente*, onde se afirma a sua qualidade de chefe da aldeia (...). O fato de um homem ter sido nomeado *capitão* não lhe assegura prestígio ou autoridade. Significa, simplesmente, que ele agirá mais ou menos como intermediário entre os índios e o SPI. Contudo, alguns chefes de aldeia desfrutam de autoridade. São, geralmente, homens dotados de forte personalidade, ao mesmo tempo que líderes de um dos grandes grupos familiares que constituem a aldeia".



ALDEIA SÃO PEDRO (RESERVA GUAJAJARA)



ALDEIA SARDINHA (RESERVA GUAJAJARA)

Fig. 5a - Chefia das aldeias São Pedro e Sardinha

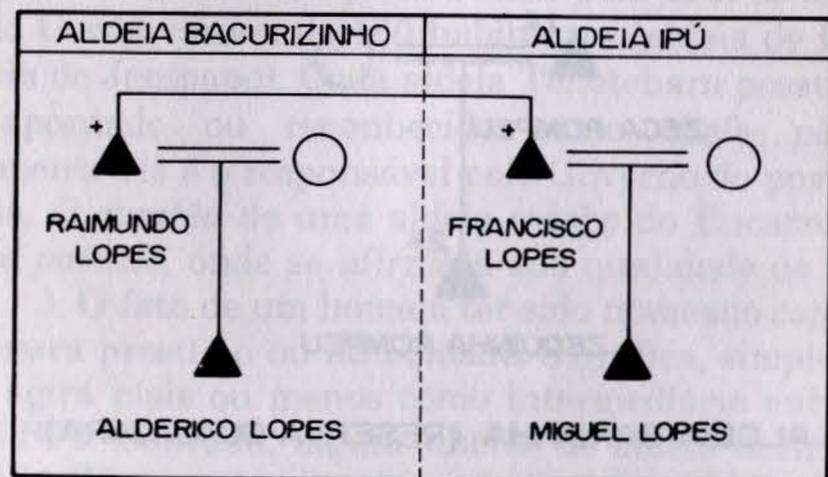
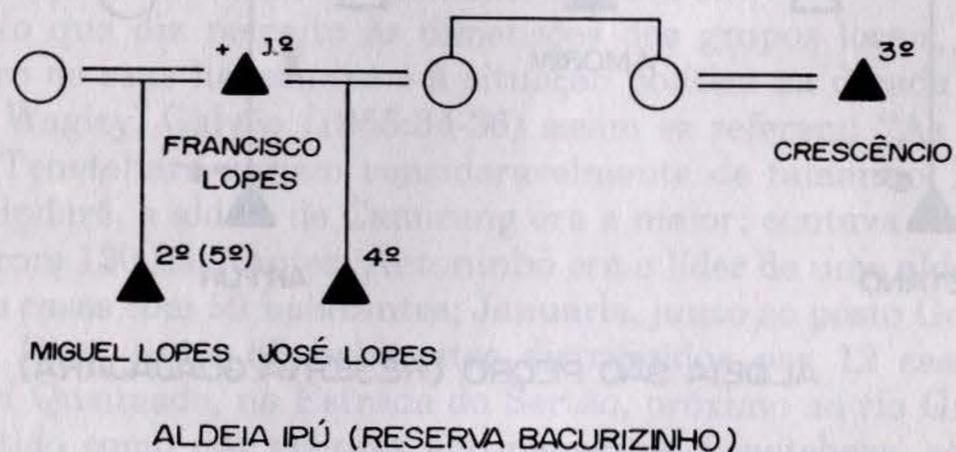


Fig. 5b - Chefia das aldeias Bacurizinho e Ipu

Pelo controle das mulheres, o chefe da família extensa está apto para atrair jovens, que após o casamento vão trabalhar para a família. Assim, o tamanho de uma família extensa depende da capacidade do seu líder em atrair novos membros e na sua habilidade para proteger o seu grupo. Muitas vezes o chefe de família extensa pode ser apontado *capitão* da aldeia do posto Indígena, fortificando sua liderança e aumentando consideravelmente sua autoridade. Ele serve como intermediário entre sua aldeia e a chefia do posto indígena. Esta prática vem do período colonial. Aqueles capitães que realmente têm autoridade são os líderes de famílias extensas que podem simultaneamente ter a função de *capitão* ou de xamã. Todavia estes homens devem discutir suas ordens com os líderes das famílias extensas de sua aldeia.

Entre os Kaapor (Ballée, 1984:172-175) o chefe político ou *capitão* não é o líder da aldeia, a menos que a aldeia seja pequena, mas antes o líder informal de um *grupo residencial*. De fato, sua autoridade política não vai além de sua família, não podendo dar ordens. A Chefia idealmente é transmitida pela linha paterna para o filho mais velho, mas na prática há exceções. Na maioria dos casos, entretanto, a sucessão da chefia é patrilineal. De modo semelhante, entre os índios Munduruku (Murphy, 1960:84) a Chefia é idealmente transmitida de modo hereditário, pela linha masculina. Assim sendo, o filho mais velho é considerado o herdeiro. Todavia, a função de chefe também é possível ser transferida para um irmão ou um filho mais novo. Wagley, Galvão (1949:15) afirmam que "... os Tenetehara são um povo mais do que nação ou tribo politicamente organizada. Não há qualquer organização, cada aldeia é uma unidade independente. Os Tenetehara são unidos pela língua comum e por um corpo comum de tradição cultural". Os Tenetehara-Guajajara mantêm contato com as aldeias vizinhas, através de visitas, festividades e intercassamentos. O forte senso de pertencer ao mesmo grupo étnico, parece ter sido significativo na sua resistência de incorporar-se à sociedade envolvente. Além do mais, devido à questão da terra, de cuja

posse têm consciência que constitui elo fundamental de coesão tribal, as diferentes aldeias Tenetehara-Guajajara têm reforçado seus laços comuns os quais, devido a circunstâncias viventes, tendem a unir-se ainda mais (Diniz, Cardia, 1979).

## CAPÍTULO 7

### XAMANISMO

Missionários cristãos têm envidado seu esforço catequético junto aos Tenetehara-Guajajara desde o século XVII. Católicos foram os primeiros a tentar convertê-los. Na primeira parte deste século, os protestantes também se aproximaram deles, mas depois tiveram que retirar-se por imposição do órgão protecionista. Nas três últimas décadas esses indígenas têm sido procurados por católicos e protestantes. Estes atuam diretamente, com residência fixa, nas aldeias São Pedro e Colônia, da Reserva Guajajara. Os Católicos preferem fazer ocasionais visitas, particularmente à Reserva Bacurizinho.

A situação religiosa dos Tenetehara-Guajajara, na primeira metade da década de 1940, foi assim descrita por Wagley, Galvão (1955:105-106) "Apesar de mais de trezentos anos de exposição intermitente à influência de missionários, os Tenetehara mantêm praticamente inalteradas suas crenças tradicionais. Respondendo ao esforço da catequese aceitaram alguns conceitos cristãos, embora alguns deles pareçam contraditórios às suas crenças. (. . .). O Cristianismo, porém, como sistema religioso, foi rejeitado. Os Tenetehara aceitaram e incorporaram a suas crenças originais apenas aquelas idéias e elementos cristãos que lhes pareceram mais coerentes ao seu ponto de vista. Sua religião permaneceu fundamentalmente Tenetehara. Os cerimoniais nativos foram abandonados, não porque os Tenetehara tenham perdido a crença ou já não os considerem atrativos como divertimento; simplesmente, os cerimoniais sofrem hoje a competição imposta pelas condições econômicas atuais".

Apesar do proselitismo religioso alienígena, a afirmativa de Wagley, Galvão, acima citada, continua válida. Isto porque,

o xamã é ainda muito importante na sociedade Tenetehara-Guajajara. Ele cura doenças, evita más influências, etc., mas também pode fazer mal às pessoas. Na aldeia Ipu obtivemos uma história de caso. Um jovem ajudava o sogro na atividade xamanística, ele queria ser xamã. Ele mesmo conta que seu sogro fumava tauari até entrar em transe e começava a cantar. Cantava cantiga dos Kaapora e da Mãe d'Água. Esse jovem xamã diz ter tirado feitiço (um carvão e um pedacinho de borracha) do braço do seu cunhado através de uma chupada, após fumar tauari. A vítima tinha febre, somente no braço afetado pelo feitiço. Afirma, também, ter curado sua mulher de "doença de resguardo e quebranto", ela tinha dor de cabeça intensa e frio. Ele apertou a cabeça dela com as duas mãos, três vezes e ela ficou boa. Pediu à Mãe d'Água ter pena dela e curá-la, em troca, ofereceu-lhe tabaco, colocando-o na beira do rio.

Wagley, Galvão embora tenham dito que ambos, homem e mulher, podem tornar-se xamãs, não encontraram nenhuma mulher xamã nas aldeias da região do Pindaré. Atualmente, na aldeia Bacurizinho, na Reserva do mesmo nome, há uma mulher e dois homens xamãs. Destes, o mais jovem é genro de um pajé que mora noutra aldeia dessa mesma Reserva. Recebemos informação de que na aldeia Colônia, na Reserva Guajajara, haveria oito homens e duas mulheres xamãs.

O fumo é fundamental nas atividades xamanísticas. Os escravos africanos teriam sido introdutores da diamba ou maconha, a qual sempre teve largo uso entre índios e não índios da região. Por sinal, Wagley, Galvão dizem que não era utilizada nas práticas do xamã. Todavia, acrescentam que suspeitava-se que um jovem pajé que conseguia transes espetaculares a usava, mas que por isso seria desacreditado. Assistimos a uma sessão de cura xamanística na aldeia Ipu da Reserva Bacurizinho. Como não houve êxito, o doente foi encaminhado à cidade de São Luís gravemente enfermo. Nessa oportunidade, além de dois xamãs, a esposa de um deles participou como *ajudante*. Os espíritos dos *Kaapora* fumavam maconha e os dos *Karaiu* (civilizados) bebiam cachaça (Diniz, Cardia, 1979).

Além disso, recebemos de um pajé dessa aldeia, como presente, uma pequena quantidade de maconha já preparada para fazer cigarros. Na aldeia Funil mostraram-nos um pé de maconha, discretamente plantado entre arbustos. Devido à perseguição da Polícia Federal e da FUNAI quanto ao plantio da maconha, esta estava sendo cultivada em reduzidíssima escala. Quando descoberta, a planta era arrancada do solo e queimada. Os índios sofriam ameaças de prisão em caso de não atenderem à advertência ou de reincidência<sup>31</sup>.

### CONCLUSÃO

As microrregiões do Gurupi, Pindaré, Imperatriz e Alto Mearim e Grajaú estão localizadas na Pré-Amazônia, no oeste do Estado do Maranhão. Este conjunto de microrregiões estende-se desde os manguezais do litoral noroeste às florestas do Alto Mearim e Grajaú. Esta extensão de terra caracteriza-se pela existência de cidades antigas como Imperatriz e Pindaré-Mirim, pelo surgimento de novas aglomerações ao longo das rodovias BR-316 (Belém-São Luís) e BR-010 (Belém-Brasília) e pelo rápido crescimento de outras, como é o caso de Santa Inês. Tem como característica comum o fato de ser região de povoamento recente, onde imigrantes do nordeste do país ou do próprio Estado do Maranhão, promovem uma ocupação à base de unidade de produção familiar. Nas áreas de ocupação mais antiga se desenvolve a pecuária de corte.

Na região Centro-Oeste do Estado, na bacia do Médio e Alto Mearim, considerada como ponto central da zona dos cocais de babaçu, localiza-se a área maranhense onde as atividades agrícola e pastoril são realizadas em moldes mais racionais. Desbravada há cerca de 40 anos pelas frentes pioneiras que do Itapecuru avançam para oeste, a estrutura fundiária não concentrada permitiu melhor fixação da população rural, melhoria de técnicas utilizadas nas atividades agropecuárias e implantação de cultivos permanentes.

A implantação de empresas de agropecuária e pecuária de grande porte, caracterizadas por um sistema racional de criação, contrasta com os tradicionais criatórios bovinos, de caráter extensivo, dos cerrados e chapadas. Evidentemente que esta modalidade empresarial tem constituído motivo de expulsão do pequeno agricultor para novas áreas florestais do Estado ou para frentes de trabalho que se abrem na Amazônia. Ao lado disso, devem ser considerados: os fluxos migratórios nordestinos intensificados nas décadas de 1960 e 1970; extensa

área de fronteira agrícola de formação espontânea no oeste do Estado; e, finalmente, a política governamental de assentamento de pequenos produtores, através de projetos de colonização, que proporcionaram uma feição inovadora ao sistema econômico tradicional do Maranhão. A população não-indígena do Estado que em 1940 alcançava a cifra de 1.231.955 indivíduos, em 1960 subiu para 2.469.447 e em 1980 chegou ao total de 4.002.599 (IBGE, 1981).

Ao contrário da expectativa de grandes transtornos na sociedade Tenetehara-Guajajara, devido às transformações ocorridas na ambiência regional, o que se verifica é a manutenção da língua, do xamanismo, do ritual de iniciação dos jovens, etc. Além disso, fortaleceu-se a solidariedade interna frente aos invasores e/ou pretensos proprietários das terras em que vivem. A economia de subsistência, baseada na agricultura de derruba e queima, na caça e, secundariamente, na coleta e na pesca, continua operativa. Mas, ao lado disso, os Tenetehara-Guajajara vendem o pequeno excedente e, às vezes, sacrificam o próprio auto-consumo para obter bens manufaturados. Todavia, o artesanato, embora nem sempre com o esmero desejável quanto à durabilidade, carrega dinheiro para compra de suas necessidades, advindas do convívio interétnico. Uns poucos obtêm dinheiro através de empregos públicos (monitores bilíngües) e outros, através do Funrural (homens idosos e viúvas), do qual recebiam, então, meio salário mínimo. Eventualmente, apesar da proibição da FUNAI, eles ainda vendem sua força de trabalho, em atividades braçais, para os regionais vizinhos. As relações comerciais envolvem, em contrapartida, a compra de roupas, armas de fogo, munição, lanternas, querosene e, principalmente, implementos para trabalho agrícola e para uso doméstico. Os monitores bilíngües, pelo fato de serem funcionários da FUNAI e terem garantidos seus salários todos os meses, ficam numa situação privilegiada, em relação aos demais Tenetehara-Guajajara. Com exceção da Aldeia Bacurizinho, pertencente à Reserva Indígena do mesmo nome, onde o *capitão* (Chefe Político) é também monitor bilíngüe, nas de-

mais aldeias os *capitães* ficam inferiorizados aos monitores, do ponto de vista econômico e, em conseqüência, sem poder aquisitivo para a obtenção de bens manufaturados a que já estão habituados.

O sistema de parentesco do tipo Hawaiano, a família extensa, a filiação bilateral, a poliginia ao lado do casamento predominante monogâmico, continuam operativos. Ainda há restrições às uniões entre primos paralelos e cruzados e outros parentes próximos (tios maternos e paternos). A preferência é que o casamento ocorra entre pessoas da mesma aldeia. A filiação tende a ser influenciada pelos regionais que salientam o nome do pai, daí alguns indivíduos usarem como nome, o pré-nome do pai. Todavia os Tenetehara-Guajajara reconhecem os parentes dos lados materno e paterno; assim, os filhos de uniões mistas entre índios e não índios podem ser incorporados em uma família extensa. A regra de residência após o casamento entre os Tenetehara-Guajajara ainda é uxorilocal.

As mudanças econômicas são mais evidentes do que as mudanças sociais. Mesmo assim, aquelas ocorridas desde a primeira metade da década de 1940 até a segunda metade da década de 1970, foram menores do que se poderia esperar. Parece mesmo que as pressões pela demarcação das Reservas Indígenas, os litígios com os regionais devido às questões de terra, tenham propiciado uma maior coesão tribal e conseqüente tendência à manutenção de seus padrões culturais. Embora sua organização social pareça ter mudado pouco nesse período, é provável que a intensificação do contato interétnico tenha causado sensíveis alterações na concepção ideológica dos Tenetehara-Guajajara como um todo.

Wagley, Galvão concluíram sua monografia, em língua inglesa, (1949), afirmando que dentro do tempo de duração de uma geração ou pouco mais, o processo de mudança da cultura, da indígena para a cabocla regional, estaria completado. Porém, na edição em português (1955), reconheceram que foi prematura a afirmativa. De fato, a experiência etnológica nos têm mostrado que outros grupos tribais que enfrentaram e en-

frentam situações de contato interétnico semelhante, continuam mantendo os aspectos fundamentais de seu sistema organizatório; mesmo sem abrir mão de sua identidade étnica, apesar de sua incorporação parcial nas subculturas regionais com que convivem. No caso específico dos Tenetehara-Guajajara, com exceções da assimilação ocorrida em casos individuais, como grupo eles mantêm seus padrões culturais básicos, porém sem abdicar do uso de bens manufaturados a que já se acostumaram. Um fato que ilustra a relação dialética entre o conservantismo e a mudança cultural, é o ritual xamanístico. Assim, enquanto os espíritos dos *kaapora* mascam e fumam maconha, os espíritos dos *karaiu* (civilizados) bebem cachaça.

Razões administrativas dificultaram que a FUNAI demarcasse e legalizasse as Reservas Indígenas dos Tenetehara-Guajajara com a rapidez desejável. Contudo, esta questão está grandemente resolvida, diminuindo sensivelmente as disputas e conflitos que atingiram seu auge em meados da década de 1970. A política indigenista determina que uma das principais tarefas do Posto Indígena é evitar a invasão das terras indígenas. Secundariamente também desenvolve atividades educacionais e atendimento de saúde, dentro de suas restritas possibilidades. As terras das Reservas garantem a subsistência de seus habitantes. Pode-se afirmar que a proteção oficial foi um fator preponderante que muito contribuiu para a persistência étnica e dos padrões culturais Tenetehara-Guajajara e ao mesmo tempo para a sobrevivência física do grupo tribal. Apesar das suas contradições na prática administrativa, o órgão protecionista tem evitado que esses indígenas sejam aliados de suas terras. Este fato é marcante na sua manutenção como um povo à parte da sociedade brasileira. No início da década de 1970, sob o patrocínio do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), os líderes indígenas de várias partes do país começaram a reunir-se para trocas de experiências. Em 1980 um grupo de índios reunidos em Assembléia, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, criou a primeira organização indígena brasileira UNIND (União das Nações Indígenas). Esses movi-

mentos pan-indígenas também têm contribuído para garantir a permanência em suas terras. Todavia, a sua maior contribuição parece ter sido a motivação revitalizante dos padrões culturais dos grupos tribais participantes.

Barth (1969:9) ensina que um grupo étnico em contato com outro pode manter uma série de características e, concomitantemente tomar emprestado traços sócio-culturais e, mesmo assim, manter sua auto-identificação étnica. Esta série de traços culturais dependem, naturalmente, das circunstâncias de interação dos grupos étnicos mutuamente relacionados. Aliás, no Brasil há vários exemplos de grupos tribais que mantiveram e mantêm sua identidade étnica e seus padrões sócio-culturais básicos. E mais, tiveram sua população aumentada continuamente, apesar dos longos anos de contato com diversos segmentos da sociedade brasileira. Além dos Tenetehara-Guajajara, destacam-se os Wapitxâna e Makuxi (Diniz, 1967 e 1972); Terena (Oliveira, 1960); Potiguara (Amorim, 1971/72); etc.

Para Nasser (1982:214) a história de tribos conservadoras do Brasil pode ser afirmado como a evolução de sociedades tribais autônomas, para grupos étnicos incorporados em um Estado nacional. Cada um destes grupos étnicos procura conseguir ou manter sua posse da terra. Com a Reserva eles podem perpetuar sua sociedade, resistindo à assimilação. De fato, os Tenetehara-Guajajara tendem a voltar-se para sua própria cultura, sobretudo pela ênfase que estão dando à posse de suas terras. A disputa das terras, o temor de perdê-las e o zelo que passaram a ter pelas suas divisas territoriais estão fortalecendo a coesão grupal, não só diretamente através do impedimento da invasão de suas Reservas, mas também através do reavivamento e incentivo de seus ritos tradicionais.

É evidente que a intensificação do convívio intersocietário causou transtornos na concepção do grupo tribal, como um todo. Todavia, a coesão interna no sentido de pressionar a demarcação de suas reservas com maior rapidez, deram-lhes maior vigor na revivescência dos meios tradicionais de seu

sustento cotidiano, o que é, certamente, fundamental para a manutenção de seu modo de vida peculiar. É verdade que os Tenetehara-Guajajara, como um todo, não apresentam mudança fundamental de sua organização econômico-social desde 1945, apesar de terem sido removidas muitas barreiras para a modernização da área em que habitam. Depois de mais de três séculos de contato com a sociedade luso-brasileira, com maior ou menor impositividade, os Tenetehara-Guajajara conservaram, no essencial, seus meios de subsistência. No processo de aculturação, muitos traços das instituições indígenas foram abandonados por outros de origem ocidental. Contudo, há suficiente distinção cultural entre os Tenetehara-Guajajara e brasileiros e, mesmo, entre eles e os grupos tribais Timbiras, seus vizinhos. Entre uns e outros é nitidamente perceptível a incomunicabilidade cultural existente. Para os regionais, às vezes por ingenuidade, mas às vezes por interesses inconfessáveis, dizem que os Timbiras são índios, mas que os Tenetehara-Guajajara já não o são. Para estes não importa tal julgamento. Interessa-lhes, apenas, continuar sendo eles próprios, desfrutando o prazer de viver dentro de seus próprios padrões sócio-culturais. Na situação vigente, isto só será possível vivendo em Reservas, o que facilitará a esses indígenas continuarem sendo uma sociedade diferenciada da nacional. A história do contato intercultural dos Tenetehara-Guajajara leva a crer que a flexibilidade cultural, que é uma das suas características fundamentais, terá plasticidade suficiente para filtrar os elementos culturais alienígenas, transformando-os em seus termos. Obviamente que mantidas as características culturais até agora existentes, mesmo voltando-se com maior intensidade para as atividades alheias às suas tradições tribais, isto pouco afetará a sua cultura e menos ainda a sua auto-identificação étnica. Em conseqüência de viverem rodeados de sítios, de fazendas, de povoados, de vilas e de cidades, resulta um natural processo de interação e dependência, em relação à sociedade envolvente. Mas, apesar disso, a estratificação baseada em indicadores sócio-econômicos

não tem nenhum sentido para os Tenetehara-Guajajara, no conjunto global da sua sociedade. Não há como negar o processo de integração à sociedade brasileira, em especial à sua faceta regional sem, todavia, despojarem-se de seu perfil étnico-cultural. Essa persistência é resultante de uma série de fatores, tais como: a vida em reserva, a luta pela terra em que vivem, o sentimento de constituir um povo diferente dos demais e a flexibilidade cultural demonstrada no embate inter-étnico. Oxalá, no futuro, as condições objetivas lhes sejam cada vez mais propícias, para que continuem orgulhosamente dizendo que constituem um povo chamado Tenetehara, isto é, *gente verdadeira*.

## NOTAS

- 1 Os grupos tribais que vivem no Estado do Maranhão já são todos conhecidos dos etnólogos. Aí vivem os Guajá, os Urubu-Kaapor, os Guajajara, os Canela (Ramkokamekra e Apaniekra), os Krikati e os Pukobyê. Os três primeiros são falantes da língua Tupi-Guarani e os demais pertencem à família lingüística Jê.
- 2 O Tronco Tupi é classificado por Rodrigues (1964), em sete famílias lingüísticas: Tupi-Guarani, Yuruna, Ariken, Tupari, Rama-Rama, Mondé e Puroborá. A primeira família divide-se nas seguintes subfamílias: Tupi-Guarani, propriamente dita, Tenetehara, Oyampi, Kawaib, Apiaká, Kamayura, Aweti, Tapirabé, Xetá, Kaybi, Guaiaki, Munduruku, Mawé, Omágua e Kuruwaia.
- 3 "A homogeneidade lingüística TG (Tupi-Guarani, *ESD*) carrega consigo uma memória cultural comum - no plano da mitologia, da cosmologia e do vocabulário institucional - capaz de ter resistido a cinco séculos de mudanças. Dessa forma, aquilo que parece comum a todos os TG é, apenas, a língua - e o que pode ser armazenado nesse meio: uma *cosmologia*". (Viveiros de Castro, 1986:109).
- 4 Usamos os termos sociedade envolvente, sociedade brasileira, sociedade dominante como sinônimos.
- 5 "A caracterização da cultura dessas sociedades rurais constitui elementos indispensáveis para se aferirem com a necessária precisão os fenômenos de mudança e transição que sofrem os grupos indígenas em suas relações com a nossa frente pioneira" (Galvão, 1957:67)
- 6 Os Tenetehara-Guajajara ocupam uma área (rios Mearim, Grajaú e Pindaré) tipicamente de floresta tropical. O terreno é inundável durante os meses de dezembro a junho, período chuvoso. De julho a novembro os igarapés e os pequenos tributários secam e os rios maiores baixam suas águas. Neste período seco, a navegação fluvial fica sensivelmente dificultada. A construção das atuais rodovias resolveu essa questão, possibilitando agilidade de comunicação durante o ano todo.
- 7 Empregamos os termos brancos, civilizados, brasileiros e regionais com o mesmo sentido, isto é, não índios.
- 8 A Ajudância de Barra do Corda, sediada na cidade do mesmo nome, foi reativada através da Portaria nº 231/N de 25.02.75 (Arquivo do Posto Indígena Guajajara). Coordenava e supervisionava os Postos Indígenas Bacurizinho, Cana Brava, Guajajara (Índios Tenetehara-Guajajara), Canela e Porquinhos (Índios Ramkokamekra e Apaniekra). Os demais estavam sob a coordenação direta da então 6ª Delegacia Regional, com sede em São Luís.
- 9 Fizemos rápida visita às aldeias Sardinha (na Reserva Guajajara, município de Barra do Corda); Borges (localizada na área da Reserva Governador, dos Pukobyê, município de Amarante); e Morro Branco, na cidade de Grajaú.
- 10 Era então aluna do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade de São Paulo. Desde 1980 é docente da Fundação Universidade Federal do Acre.
- 11 Em 1616 os portugueses fundaram Belém do Pará. Em 1621 foi estabelecido o Estado do Maranhão e Grão Pará, que em 1772 foi dividido em dois, Maranhão e Pará (Marques, 1970:298, 345).
- 12 "Índigena é, no Brasil de hoje, essencialmente aquela parcela da população que apresenta problemas de inadaptação à sociedade brasileira, em suas diversas variantes motivados pela conservação de costumes, hábitos ou meras lealdades que a vinculam a uma tradição pré-colombiana. Ou ainda mais amplamente: índio é todo indivíduo reconhecido como membro de uma comunidade de origem pré-colombiana que se identifica etnicamente diversa da nacional e é considerada indígena pela população brasileira com que está em contacto" (Ribeiro, 1957:35).
- 13 Os Tenetehara-Guajajara totalizavam 2.000 pessoas, em 1940. Os Tenetehara-Tembé tinham, então, uma população calculada entre 350 e 450 pessoas (Wagley e Galvão, 1949 e 1955). Em 1967 a população Tenetehara-Guajajara atingia cerca de 4.000 pessoas e em todas as áreas por eles habitadas já havia invasores (Cf. Bendor-Samuel, 1967). Em julho de 1970 havia 4.750 Tenetehara-Guajajara, segundo levantamento feito por Parisi (Cf. Parisi, 1970). A população Tenetehara-Guajajara era de 4.262 indivíduos em 1975. No Posto Indígena Canindé viviam 40 Tenetehara-Tembé, na mesma época. Em 1942 havia cerca de 1.000 Tenetehara-Guajajara na região do Pindaré. Em 1975 havia apenas 80 indivíduos no Alto Rio Pindaré e 230 no Baixo Rio Pindaré (Gomes, 1977).
- 14 A primeira atuação efetiva do órgão protecionista, referente aos Tenetehara-Guajajara, foi a obtenção das terras da atual Reserva Guajajara que foram doadas através da Lei Estadual nº 1.079 de 25.04.1923, Artigo 2 e confirmadas pelo Decreto Lei Estadual nº 81 de 15.12.38 (Cf. Docu-

mento existente nos Arquivos do Posto Indígena Guajajara).

- 15 "Efetivamente, a integração (...) parece configurar uma forma de acomodação que, conquanto precaríssima, em certos casos abre aos grupos étnicos - à medida que se amoldam às exigências do convívio com civilizados, desenvolvem maior resistência às moléstias e se despojam de suas singularidades lingüísticas e culturais - oportunidade de sobrevivência e participação na sociedade nacional, como parcelas apenas diferenciadas por suas origens indígenas" (Ribeiro, 1957:21).
- 16 Índios Tenetehara-Guajajara que fizeram curso específico, patrocinado pela FUNAI, com o objetivo de habilitarem-se para o ensino em Guajajara-Português. De acordo com o Encarregado do Posto Indígena Bacurizinho, o nível desse aprendizado corresponde à segunda série do primeiro grau.
- 17 Informações fornecidas pelo Senhor Delegado da então 6ª Delegacia Regional da FUNAI - São Luís do Maranhão - em 06.04.82 através do ofício nº 050/6ª DR/82.
- 18 Na época da pesquisa de Wagley e Galvão os Postos Indígenas Guajajara e Pindaré eram denominados, respectivamente, Manoel Rabelo e Gonçalves Dias. A troca de nomes ocorreu através da Portaria 136 do Presidente da FUNAI, publicada no Diário Oficial da União em 29.05.69.
- 19 Cf. Documento existente nos Arquivos da então 6ª Delegacia Regional da FUNAI, na cidade de São Luís.
- 20 Na década de 1950, segundo documentos do arquivo particular do Senhor Raimundo Viana, ex-responsável pelos índios de Grajaú, havia serraria na área do atual Posto Indígena Bacurizinho. Em maio de 1954 a produção atingiu 110 dúzias de tábuas de cedro, com possibilidade de atingir 250 dúzias nesse mesmo mês.
- 21 Caju (outubro-novembro); bacuri (janeiro); piqui (outubro-janeiro); sapucaia (junho); jenipapo (dezembro-fevereiro); jatobá (junho-agosto); mamoi (janeiro-março); cajá (fevereiro-abril).
- 22 As principais plantas cultivadas e seus respectivos períodos de plantio e de colheita são as seguintes: arroz (novembro-janeiro, quatro meses); fava (dezembro-janeiro, seis meses); feijão (novembro, três meses); maniva (novembro-fevereiro, doze meses ou mais); milho (dezembro-janeiro, quatro meses); inhame (novembro-janeiro, doze meses ou mais); mundubim (dezembro, seis meses); batata-doce (outubro-novembro, sete meses ou mais); algodão (dezembro, nove meses); gergelim (novembro-janeiro, quatro meses); jerimum (outubro, quatro meses); melão (outubro, quatro meses).

- 23 Sabe-se que a produção do babaçu na região denominada Meio Norte se concentra em três regiões principais: o vale do Itapecuru, o vale do Parnaíba e os vales do Mearim Pindaré. Poder-se-ão distinguir, ainda, três regiões secundárias: a do golfo maranhense, a do nordeste do Maranhão e a dos altos vales, representados pelas partes superiores dos rios Parnaíba, Itapecuru e Mearim. Os vales do Mearim-Pindaré são uma região pioneira moderna, povoada por migrantes provenientes do Ceará e do Piauí; o vale do Itapecuru foi uma região pioneira antiga, enquanto que o vale do Parnaíba jamais foi uma região pioneira. (Valverde, 1957: 395-396).
- 24 Na transcrição dos termos de parentesco Tenetehara-Guajajara foram empregados símbolos com valores aproximados aos da ortografia da língua portuguesa. Os seguintes símbolos têm valores especiais: h como em inglês *hand*, w e y, como em inglês *we* e *yes*. As siglas (h.f.) e (m.f.) significam, respectivamente, homem falando e mulher falando.
- 25 Na aldeia Ipu, sede do Posto Indígena Bacurizinho, na Reserva do mesmo nome, no dia 4 de janeiro de 1977 à meia noite, uma das filhas do monitor bilingüe José Lopes terminou resguardo da primeira menstruação. Então ela *saiu da toca*, como dizem referindo-se ao compartimento da casa onde a adolescente fica reclusa. Fogos de artifício anunciaram o evento. A  *festa do moqueado*  seria feita no verão, época em que há fartura de caça. Até a realização da festa a menina só poderia comer carne de jaboti, galinha, tatu, gado vacum; peixes como mandi, piaba, sardinha, tamuatá, traíra e piranha. Além disso, deveria alimentar-se de arroz, fava, feijão e farinha. Wagley, Galvão (1955:88) registram que "Durante esse período não podem comer carne, somente milho, mandioca, farinha e mingaus. Uma vez ou outra, pequenos peixes considerados inofensivos lhes são servidos. A água que bebem deve ser ligeiramente aquecida".
- 26 Estamos empregando o termo uxorilocalidade, no sentido do marido morar na casa dos pais da esposa. Por sua vez, o termo matrilocidade está sendo usado significando que o casal reside na aldeia da esposa, mas não na casa dos pais dela. (cf. Barnes, 1960).
- 27 Os seguintes casos foram registrados. Aldeia Cocal: três gerações 02. Aldeia Bacurizinho: três gerações 14; quatro gerações 01. Aldeia Ipu: três gerações 06. Aldeia São Pedro: três gerações 04; quatro gerações 01. Aldeia Januária: três gerações 07 (inclusive moradores da margem da rodovia BR-316).
- 28 Foram encontrados os seguintes tipos de residência. Aldeia São Pedro: patrilocidade 03 e matrilocidade 05. Aldeia Januária: paratrilocidade

de 01 e matrilocidade 06. Aldeia Cocal: matrilocidade 01. Aldeia Bacurizinho: patrilocidade 11 e matrilocidade 09. Aldeia Ipu: patrilocidade 1 e matrilocidade 05.

- 29 Registramos os seguintes casos: Aldeia São Pedro: poliginia sororal 01; poliginia simples 01; sororato 01. Aldeia Januária: poliginia sororal 01; poliginia simples 02. Aldeia Colônia: poliginia simples 01. Aldeia Funil: poliginia sororal 01.
- 30 Encontramos os seguintes casos de separação: 03 na aldeia São Pedro; 09 na aldeia Januária; 01 na aldeia Cocal; 03 na aldeia Bacurizinho e 02 na aldeia Ipu. Na aldeia Januária foram computados os casos da aldeia e dos moradores da margem da rodovia BR-316 (aldeia Piçarra Preta) que, na prática, constituem um único aldeamento.
- 31 Cf. Ofício 207/GAB/DR/73 CIRCULAR de 20 de julho de 1973 do delegado da então 6ª Delegacia Regional da FUNAI (Arquivos do Posto Indígena Guajajara).

## BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Paulo Marcos de. Índios camponeses (os Potiguaras da Bahia de Tradição). *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, São Paulo, v. 19, p.7-94, 1970/71.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *Paisagens e Problemas do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- BALLÉE, William L. *The Persistence of Kaapor culture*. Columbia: Columbia University, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Relatório sobre os índios Urubu-Kaapor e Tembé que são assistidos por P. I. Canidé*. Belém, 1981. Relatório datilografado existente nos arquivos da 2ª Delegacia Regional da FUNAI (Belém do Pará).
- BARNES, J. A. Marriage and residential continuity. *American Anthropologist*, Menasha, Wisconsin, v. 62, n. 5, p. 850-866, 1960.
- BARTH, Frederick. Introduction. In: \_\_\_\_\_. *Ethnic Groups and Boundaries*. Boston: Brown and Company, 1969, p. 9-38.
- BENDOR-SAMUEL, David. *Levantamento da Situação dos Guajajara*. Brasília, 1967. Relatório datilografado existente nos Arquivos da FUNAI.
- BERGER, Allen H. Structural and eclectic revisions of Marxist Strategy: A Cultural Materialist Critique. *Current Anthropology*, v. 17, n. 2, p. 290-305, 1976.
- BETTENDORF, João Felipe. Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 72, parte I, 1910.
- CAPISTRANO DE ABREU, J. *Capítulos da história colonial*. Rio de Janeiro: Liv. Briguet, 1954.

- d'ABBEVILLE, Claude. *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. São Paulo: Liv. Martins Ed., 1945.
- DINIZ, Edson Soares. Convívio e dependência: Os Tenetehara-Guajajara. *Journal de La Societé des Américanistes*, Paris, Tome 69, p. 117-127, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Os Índios Makuxi de Roraima*. Marília: Faculdade de Filosofia e Letras de Marília, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Os índios Tenetehara-Guajajara e seu convívio com os regionais*. Marília: UNESP, 1982. Publicação Avulsa, 38, série Etnologia 02.
- \_\_\_\_\_. Os Makuxi e o Wapitxana: índio integrado ou alienado? In: ATAS do Simpósio sobre a Biota Amazônica. *Antropologia*. Rio de Janeiro, 1967, v. 2, p.93-100.
- \_\_\_\_\_. *Uma reserva indígena no centro oeste paulista*. São Paulo: Fundo de Pesquisa do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1978. Coleção do Museu Paulista, Série Etnologia, 3.
- \_\_\_\_\_. Os Tenetehara-Guajajara: convívio e integração. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 27-28, 1984-85.
- \_\_\_\_\_. *Os Tenetehara-Guajajara e a sociedade nacional*. Marília: UNESP, 1988. Séries Monográficas. Etnologia 5-7.
- DINIZ, Edson Soares, CARDIA, Laís Maretti. A Situação atual dos índios Tenetehara. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 22, 1979.
- EGLER, Eugênia Gonçalves. Distribuição da população no Estado do Maranhão em 1940. *Revista de Geografia*, IBGE, ano 13, n. 1, p.71-84, 1951.
- FERNANDES, Florestan. *Organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.
- FRÓES, Abreu apud WAGLEY, Charles, GALVÃO, Eduardo. *Os Tenetehara (Uma Cultura em Transição)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FUNDAÇÃO IBGE *Sinopse preliminar do censo demográfico: IX Recenseamento Geral do Brasil (1980)*. Rio de Janeiro, 1981. v. 1, tomo 1, n. 1.
- GAIOSO, Raimundo José de Souza. *Compêndio histórico político dos princípios da lavoura do Maranhão*. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970. Coleção São Luís, n. 1.
- GALVÃO, Eduardo. Estudos de aculturação dos grupos indígenas do Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 5, n. 1, p.67-74, 1957.
- GODELIER, Maurice. *Perspectives in Marxist anthropology*. Cambridge: Cambridge University, 1977.
- GOMES, Márcio. *The Ethnic survival of the Tenetehara indians of Maranhão*. Florida, 1977. A dissertation presented to the Graduate Council of the University of Florida.
- HEMMING, John. *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians, 1500-1760*. New York: Vintag Books, 1978.
- KELLER, F. I. O Homem na frente de expansão: permanência, mudança e conflito. *Revista de História*, n. 102, p. 665-709, 1975.
- KIEMEN, Mathias. The Status of Indian in Brazil after 1820. *The Americas*, n. 21, p. 263-273, 1965.
- LAGO, Antonio Pereira do. Itinerário da Província do Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 35, Parte I, 1872.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Imprensa Nacional, 1943, v. 34.
- MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Cia Fon-Fon e Seleta, 1870.

- MORAES, José. *História da Companhia de Jesus do Pará e Maranhão*. Rio de Janeiro: Typografia de Comércio de Brito e Braga, 1860. v. 1.
- MURDOCK, George P. *Social structure*. 2ª ed. New York: Macmillan, 1966.
- MURPHY, Robert. *Headhunter's heritage*. Los Angeles: University of California Press, 1960.
- NASSER, Nassaro Antonio de Souza. *Tribes that endured: four brasilians cases*. Florida, 1982 (Dissertation presented to the Graduate Council of the University of Florida).
- NEMBRO, Metodio da. *São José de Grajaú: primeira prelazia do Maranhão*. Fortaleza: Ed. A Voz de São Francisco, 1955.
- PARISI, Valéria. *Relatório sobre a situação Atual das Tribos do Estado do Maranhão*. Brasília, 1970. (Arquivos da FUNAI, Brasília).
- RIBEIRO, Darcy. Culturas e línguas indígenas. *Revista de Educação e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, 1967.
- \_\_\_\_\_. *O Índio e a civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O Processo de assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1960.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. A Classificação do tronco lingüístico Tupi. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 12, n. 1 e 2, 1964.
- \_\_\_\_\_. *O Tronco Tupi*. *Porantim*, jun/jul, 1982.
- SOARES, M. T. Segadas. Alguns aspectos da evolução econômica do Maranhão no século XX. *Boletim Geográfico*, v. 15, n. 139, Rio de Janeiro, 1957.
- VALVERDE, Jerônimo de. Geografia econômica e social do babaçu no meio-norte. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 19, n. 4, p. 381-420, 1957.

- VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio do Maranhão (1912-1895)*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954, 2v.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Araueté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed./ANPOCS, 1986.
- WAGLEY, Charles, GALVÃO, Eduardo. *The Tenetehara Indians of Brazil. A Cultura in Transition*. New York: Columbia University Press, 1949.
- \_\_\_\_\_. *Os Índios Tenetehara (Uma cultura em transição)*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1955.

**Impressão e Acabamento**



Trav. Rui Barbosa, 491 - Reduto  
Belém - Pará - 66.053-260

Impressão e Acabamento



Trav. Rei Roberto, 491 - Rodado  
Belém - Para. - 66075-240